



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA E QUALIDADE DE VIDA

**DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL**

6

Consciência Ecológica e Qualidade de Vida

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

Consciência ecológica e qualidade de vida (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

95p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 6).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.
Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

**Consciência Ecológica
e Qualidade
de Vida**

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

LANÇAMENTO DO PROGRAMA «SOS RODOVIAS»	7
CONVÊNIO PARA A CONCLUSÃO DAS OBRAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE ALAGOAS.....	10
CONVÊNIO PARA A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE ALAGOAS	13
DISCURSO AOS CADETES DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	16
VISITA AO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA.....	19
DISCURSO AO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, JAIME PAZ ZAMORA	24
SOLENIIDADE DE RECEBIMENTO DO GRANDE COLAR DA ORDEM DO CONDOR DOS ANDES	28
INTEGRAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA	30
APRESENTAÇÃO DOS OFICIAIS-GERAIS RECÊM-PROMOVIDOS.....	32
PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO	34

DISCURSO AOS OFICIAIS DA RESERVA E DA ATIVA DO EXÉRCITO	39
ABERTURA DO I SEMINÁRIO NACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL	43
VISITA À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA.....	46
ENTREVISTA AO JORNAL CANADENSE <i>THE GLOBE AND MAIL</i>	49
LANÇAMENTO DO PLANO DE SAÚDE NORDESTE II.....	63
I ENCONTRO INTERNACIONAL DE ENERGIA DE CANA-DE-AÇÚCAR.....	70
CERIMÔNIA DE ENTREGA DE PRÊMIOS DA REVISTA <i>EXAME</i>	85

Lançamento do Programa «SOS Rodovias»

Pouco mais de quatro meses se passaram desde o dia em que, juntos, tomamos posse na Presidência da República. Nesse período, muitas coisas foram feitas e muitas outras ainda serão.

O Brasil, como todos sabemos, encontrava-se em situação de absoluto caos, com uma inflação que beirava os 100% ao mês, com uma economia inteiramente desorganizada, com a falta de confiança da sociedade brasileira quanto ao destino do País; o Nordeste vivia praticamente à míngua.

Naturalmente, não desejo fazer milagres — mesmo porque Nosso Senhor Jesus Cristo não nos concede, a nós seres humanos, esse poder — nem posso acabar obras em tão curto espaço de tempo. Mas temos quase cinco anos de governo pela frente e acredito que as decisões que tomamos servem para demonstrar a seriedade de propósitos que anima a equipe do Governo que se instalou no último dia 15 de março.

Acho que já dá para perceber que estamos encarando os problemas com absoluta determinação, com coragem, sem reclusos e sem temer as dificuldades que se antepõem em nosso caminho até a construção final de uma sociedade mais justa, mais aberta e da qual se orgulhem todos os brasileiros.

Volto a Alagoas e aqui estou na companhia de dois grandes governadores: o de meu Estado, Moacir Andrade, e o do vizi-

no Estado de Sergipe, Antônio Carlos Valadares. Temos como traço de união entre esses dois pequenos, mas bravos Estados brasileiros, o *Velho Chico*, o rio São Francisco, onde, há poucas semanas, estivemos, na companhia de tantos outros velhos companheiros, para retomar as obras da Hidrelétrica de Xingó, iniciativa da maior importância para a consolidação do processo de desenvolvimento do Nordeste. Sem Xingó, o Nordeste estaria fadado, por volta de 1993 ou 1994, a parar por falta de energia elétrica. Esse colapso foi impedido quando tomei a decisão, juntamente com esses companheiros, de — apesar de todas as dificuldades — retomar as obras da usina. Damos, assim, ao Nordeste este apoio indispensável, no qual se possa assentar para promover o ritmo de progresso que todos desejamos.

«Vamos oferecer a todos os brasileiros
uma malha rodoviária condigna.»

Voltamos a Alagoas para dar início ao projeto nacional de reconstrução das estradas brasileiras. Para que vocês tenham uma idéia, nossas rodovias representam patrimônio maior do que o valor de nossa dívida externa. O patrimônio que hoje temos, em estradas, é superior a cem bilhões de dólares. Essas estradas, como todos nós sabemos — os caminhoneiros, os profissionais do volante, os produtores e os agricultores — vinham se deteriorando, se acabando, se desmilingüindo.

Fazia-se necessário que tomássemos, rapidamente, uma providência. E essa foi tomada através do Ministério da Infra-Estrutura e do Exército brasileiro, que participam decisivamente dessa retomada que nos permitirá oferecer a todos os brasileiros uma malha rodoviária condigna e de acordo com as necessidades de tráfego.

Fazemos este lançamento nacional aqui em Alagoas, em particular no Município de Messias, tão bem governado por nosso Prefeito Pedro, um homem digno, um homem de bem, um homem sério que em todos os momentos se colocou na van-

guarda da luta política no Estado de Alagoas. Aqui também, em Messias, meu prefeito e meus vereadores, meu Governador Moacir Andrade, temos outros compromissos. Gostaria de aproveitar a presença da Ministra da Ação Social, Margarida Procópio, para pedir-lhe que estabeleça contatos e tome as providências para que possamos resolver a questão do saneamento do conjunto habitacional, aqui em Teotônio Vilela, neste Município de Messias, de modo a que cumpramos uma promessa já de vários anos.

Estaremos assinando, daqui a pouco, convênio para a construção de casas no Município de Vilar. Além desse, assinaremos outros, que vão possibilitar que o Hospital Universitário seja finalmente concluído e permitir inúmeras outras ações que hoje estaremos deixando registradas, com a liberação imediata de recursos. Atendemos assim à solicitação do Governo Estadual e da bancada alagoana na Câmara Federal, que apóiam o nosso governo, possibilitando o Governador Moacir Andrade a dar uma resposta afirmativa às expectativas e aos anseios da população de meu querido Estado de Alagoas.

Portanto, minha gente, quero que todos saibam da minha satisfação de aqui voltar e de poder, de alguma maneira, demonstrar a vocês que muito faremos para salientar ao Brasil, de forma clara e inequívoca, que o Nordeste, mais do que nunca, é Brasil e que sem um Nordeste desenvolvido, rico e próspero, o Brasil jamais poderá ser a potência do futuro que todos nós haveremos de construir em nosso período administrativo.

Muito obrigado, e que Deus nos ajude.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião do lançamento do Programa «SOS
Rodovias» — Rodovia BR-101, em
Messias, Alagoas, no dia 1º de agosto de 1990.*

Convênio para a Conclusão das Obras do Hospital Universitário de Alagoas

Há poucos minutos, escutava do Dr. Úlpio Miranda, médico oficial da Presidência da República, ilustre alagoano e professor desta universidade, a repetição do que o Senador Arnon de Mello, meu saudoso pai, escreveu no livro de visitantes do Hospital Universitário, na década de 1970.

Posteriormente, em 1980, como prefeito de Maceió, na época em que Guilherme Palmeira era o governador, aqui estive e testemunhei com meus próprios olhos a grandiosidade desta obra. Quando concluída, será de extraordinária importância para a formação de bons e competentes profissionais da área de saúde.

Esta visita a que me referi, como prefeito, foi em abril de 1980. Quis o destino que chegasse à Presidência da República pelas mãos do povo alagoano, que me levou ao restante do País, que aqui, dez anos depois, esteja eu presente novamente, na companhia do Governador Moacir Andrade, da Reitora da Universidade, Professora Delsa, de Ministros de Estado e particularmente do Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, a quem

cabem, no Governo, a responsabilidade pela liberação desses recursos.

Venho para anunciar a Alagoas e à comunidade universitária que mais este compromisso, que não era só do Presidente da República, mas de toda a Nação brasileira, foi resgatado. Ao comemorarmos, em 1991, o quadragésimo aniversário da nossa universidade e os 30 anos do nosso curso de medicina, estaremos, com a conclusão da obra, consagrando mais um passo de fundamental importância para diminuir a enorme distância que separa o Nordeste, que separa Alagoas, dos padrões nacionais melhores de educação e saúde.

Quis também o destino que esta solicitação da sociedade me fosse apresentada pelo Governador Moacir Andrade e pelos integrantes da bancada alagoana lá de Brasília, que apóiam a nossa administração, como também pela Reitora Delsa; que fosse levada a mim, um economista, eventualmente na Presidência da República, a solicitação dos recursos para que esta obra seja afinal retomada e, queira Deus, concluída dentro de curtíssimo prazo.

Finalmente, queria congratular-me com todos aqueles que fazem a Universidade Federal de Alagoas, com todos aqueles que participam do processo de desenvolvimento deste nosso Estado, do nosso Nordeste e do nosso País, agradecendo a todos aqueles que com a sua confiança, com a sua crença e com a sua esperança fortalecida, acreditam e têm a convicção de que, juntos, haveremos de recuperar este País, recolocando-o em seus verdadeiros trilhos, para que atinja o objetivo que todos desejamos: um País onde viva uma sociedade justa e solidária, uma sociedade que partilhe dos compromissos que a todos nos irmanam desde o nosso nascimento, o do bem-estar de todos os brasileiros.

Ao Governador Moacir Andrade, ao Ministro Carlos Chiarelli e à Reitora Delsa os meus cumprimentos e a manifestação da certeza de que dentro de mais alguns meses aqui voltaremos para inaugurar, com uma bonita festa, com a participação de toda a comunidade universitária, esta obra que nos credencia,

nos engrandece, que dá orgulho a todos nós, alagoanos, que é o Hospital Universitário da nossa querida Alagoas. Que Deus nos ajude.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na assinatura de convênio para a conclusão
das obras do Hospital Universitário de Alagoas,
em Maceió, no dia 1.º de agosto de 1990.*

Convênio para a Construção do Hospital Geral de Alagoas

Gostaria de iniciar minhas palavras, nesta solenidade que marca o início da construção do Hospital Geral de Alagoas, dizendo a todos vocês alagoanos, que no Palácio do Planalto, no exercício das altas e dignificantes funções de Presidente da República, lá em Brasília, distante mais de dois mil quilômetros, estou sempre com meus olhos e meu coração voltados para a minha querida Alagoas. Não os esquecerei. E durante os cinco anos na Presidência da República estarei arregimentando recursos e forças para canalizá-los para Alagoas e o Nordeste, de modo que, de uma vez por todas, ao final de meu mandato possamos comemorar a sua incorporação definitiva ao restante do Brasil.

Pelos atos que estou assinando, hoje, estamos direcionando muitos recursos para Alagoas e também para o restante do Brasil, no que diz respeito à reconstrução das estradas federais brasileiras. Estamos dando início a esse trabalho de reconstrução aqui em Alagoas, no Município de Messias, na BR-101.

Estou liberando também recursos para a educação, recursos para a conclusão do hospital universitário — velho sonho de décadas —, recursos para a construção do Hospital Geral de Alagoas, para a construção de outros dois hospitais no interior do Estado e para a conclusão de outros seis. Fica, assim, salienta-

do a todos vocês que a nossa prioridade com o social não fica apenas na retórica, nas palavras e nos discursos. Os compromissos de ontem se transformam nos atos concretos de hoje, e eu desejo que nesses próximos cinco anos, muitas outras vezes, possamos aqui retornar, a cada um dos Estados do Nordeste e de todo este Brasil, para estender nossas mãos, a nossa boa-fé e a nossa certeza de que, juntos, haveremos de reconstruir este País, dotando-o de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária. Haveremos, sobretudo, de recuperar a confiança que a cada um de nós cabe ter no futuro desta Nação, no futuro desta grande Pátria.

Ao finalizar a assinatura desses atos — com os quais atendemos solicitações do Governador Moacir Andrade e das bancadas do Estado no Congresso que nos dão sustentação política —, gostaria de dizer a vocês da minha satisfação e de meu orgulho de uma vez mais poder pisar nesse solo sagrado da nossa querida Alagoas. Quero, ao deixar o meu querido Estado e esta linda cidade de Maceió — ainda hoje de manhãzinha não pude deixar de dar um mergulho na Praia do Francês, apesar da chuva, para matar a saudade dessas praias, deste ar, deste céu que hoje, embora nebuloso, bem demonstra o carinho com que acolhe todos os seus visitantes — comemorar a presença das autoridades do Governo Federal que aqui vieram para trazer os recursos de que tanto necessitamos nos campos da educação e da saúde.

Aos Ministros da Saúde, da Educação, da Infra-Estrutura, ao Ministro do Exército — que participa também, decisivamente, desse trabalho de reconstrução das rodovias federais — ao prefeito de Maceió, a todos os companheiros aqui presentes, quero apresentar meus agradecimentos. Dependemos todos uns dos outros e eu, mais do que ninguém, dependo desses grandes companheiros de todos os momentos para que possamos dar seqüência ao nosso amplo programa de governo, aprovado em duas oportunidades pela sociedade brasileira, nas eleições de 15 de novembro e 17 de dezembro passados.

Com a permissão de Vossa Excelência, Governador Moacir Andrade, quero, ao me despedir, fazer-lhe duas solicitações. A primeira é a de que a construção do Hospital Geral de Alagoas

não impeça aqueles que jogavam naquele campo de futebol (sobre o qual será construído o hospital) de continuar jogando, em outro local, onde possa ser feito um novo campo. Segundo, Governador, pediria que este local fosse aproveitado, fosse feito um arruamento maior, de modo a dar passagem aos moradores que estão lá no final. Tenho certeza, senhor Governador, que esta será uma das determinações iniciais que dará Vossa Excelência ao iniciar a construção deste Hospital Geral.

A todos vocês o meu muito obrigado, e que Deus continue a nos ajudar.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na assinatura de convênio para a construção
do Hospital Geral de Alagoas, em Maceió,
no dia 1.º de agosto de 1990.*

Discurso aos Cadetes da Academia da Força Aérea

Acabo de compartilhar com os senhores algumas horas muito gratificantes para mim. Tive a satisfação de ver de perto as atividades a que se dedicam no processo de formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira. Dou-lhes as mais vivas felicitações pela escolha de uma carreira que exige muito de cada um de seus membros. A inteligência, a perícia, a capacidade de renovar-se, a devoção cívica e o patriotismo são exigências cotidianas para o aviador militar.

Em muitos momentos, como lembra a expressão gravada no brasão da academia, também a coragem será a inspiração essencial dos seus atos.

Na qualidade de Presidente da República, de Comandante Supremo das Forças Armadas, venho procurando conhecer pessoalmente o dia-a-dia dos brasileiros que têm por profissão a tarefa de defender o País, conforme estabelece a nossa Constituição. Foi com esse propósito que participei das comemorações do Dia da Aviação de Caça, e é com o mesmo espírito que volto hoje ao convívio dos que fazem a FAB, para conhecer esta geração de futuros oficiais e as últimas realizações da tecnologia brasileira.

A aviação é um símbolo de modernidade. O simples ato do vôo, como tripulante ou passageiro, ainda guarda a conotação

de algo que faz parte de uma das conquistas essenciais para a transformação do mundo contemporâneo. Mas o fato de produzirmos aviões modernos e reconhecidos em todo o mundo é uma prova concreta de que soubemos ficar à altura da tradição vanguardista de Santos Dumont, e também das expectativas de todos os que acreditaram que o Brasil possui a vocação para a modernidade, o talento para o novo.

«Orgulhem-se da democracia que
soubemos construir.»

Nesse momento difícil, mas promissor, da história nacional, quero deixar-lhes uma mensagem de fé, uma mensagem de confiança. Orgulhem-se da democracia que soubemos construir. Não há missão mais nobre que a defesa da vida, da liberdade e da independência de um povo que escolhe os seus próprios destinos. Trabalhem incansavelmente para o desenvolvimento do País, para a realização do bem-estar e da justiça social. Esse é um objetivo prioritário dos brasileiros que resolveram dedicar suas energias ao serviço da Nação.

Participem, cadetes, ativamente, do esforço que estamos realizando para vencer o atraso científico e tecnológico que nos separam das sociedades mais avançadas do mundo. A Força Aérea Brasileira tem papel decisivo nesse campo. Façam tudo isso, cadetes brasileiros, e muito mais, com a certeza de que o Brasil há de ser um grande país, porque nós haveremos de construí-lo, e com a convicção mais profunda de que a luta pela prosperidade e pela alegria de nossa gente exige, antes de mais nada, que cada um de nós dê o melhor de si.

Cadetes da Força Aérea Brasileira, seguindo esse caminho, não tenho a menor dúvida, seremos homens realizados de um grande povo brasileiro, de um povo feliz. Muito obrigado a todos vocês, que Deus nos proteja, que Deus nos guarde, ilumine os nossos caminhos, para que possamos, com o ideal, a juventude, a coragem, a lealdade de vocês, cadetes da Força Aérea,

construir o Brasil novo dos nossos sonhos. Um Brasil onde o bem-estar e a justiça social sejam um imperativo para cada um de nós, brasileiros. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
aos cadetes da Academia da Força Aérea,
em Pirassununga, São Paulo,
no dia 8 de agosto de 1990.*

Visita ao Parque Nacional da Tijuca

A Floresta da Tijuca, coração verde do Rio de Janeiro, é prova concreta de que os brasileiros começaram há muito tempo a sentir os efeitos negativos da agressão ao meio ambiente e a preocupar-se com sua preservação. Em termos da própria história mundial, pode-se dizer que esta é uma manifestação pioneira de uma preocupação ecológica que só viria a ganhar força no último terço do Século XX.

No Brasil, entretanto, já no início da segunda metade do século XIX, realizou-se esta que é a primeira obra de reconstituição de uma floresta tropical, e que é também a maior floresta urbana em toda a Terra.

A população do Rio de Janeiro percebeu, ainda antes de implantar-se aqui a industrialização, que a substituição da floresta original por plantações de café prejudicava-lhe a qualidade de vida, diminuindo o abastecimento de água da cidade. Outros povos, em outros pontos do planeta, terão sentido conseqüências semelhantes, mas foi aqui que se tomaram medidas concretas para resolver o problema.

Recordo o caráter pioneiro deste empreendimento não como argumento para responder às denúncias que hoje se fazem em todo o mundo sobre a devastação de florestas no Brasil — muitas destas denúncias correspondem, infelizmente, à verdade

dos fatos. Faça o registro histórico para lembrar à opinião pública nacional e internacional que, mesmo sem uma consciência ecológica plena, nossos antepassados entenderam, por uma lição prática, que o desenvolvimento da economia e a melhora da qualidade de vida são processos nos quais o intercâmbio harmônico com a natureza deve estar necessariamente presente.

Devemos invocar o princípio da soberania para assumirmos, em toda a sua plenitude, a responsabilidade de velar pela preservação de nosso meio ambiente e de reparar os danos já cometidos. Devemos exercer a soberania com a consciência de que a nossa ação tem repercussões planetárias.

A comunidade internacional tem o direito de preocupar-se com os estragos causados ao meio ambiente, onde quer que ocorram; tem, no entanto, o dever de dar a essa preocupação um encaminhamento objetivo, racional e equilibrado; tem, sobretudo — especialmente as nações mais desenvolvidas — o dever de participar com ânimo verdadeiramente construtivo dos esforços de cooperação internacional, provendo meios necessários para tanto, como recursos humanos, financeiros, científicos e tecnológicos.

Em 1992, os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento poderão caminhar por esta floresta e comprovar o muito que se pode fazer quando existem a vontade e os meios adequados. Poderão ver um exemplo real — na vizinhança, entre o mar, a metrópole e a mata — de como o progresso e o respeito à natureza não são incompatíveis. E verão com certeza, na paisagem pobre e trágica dos mocambos e palafitas, a imperativa necessidade que países como o nosso têm de desenvolver-se.

O nosso desenvolvimento não copiará os modelos do consumismo, do desperdício, da destruição da natureza. Aprenderemos com os erros e os êxitos de outros povos, e com os nossos próprios. Conquistaremos o bem-estar e a justiça social de uma forma que dê prioridade à preservação ambiental.

Lidero, com convicção e com firmeza, a luta pela defesa do meio ambiente e pelo fortalecimento da consciência ecológica no Brasil e em todo o mundo. O meu engajamento ativo nessa

causa deriva de sentimentos pessoais muito profundos, que nada têm a ver com considerações de outra ordem. Pertencço à geração que colocou a questão ecológica como problema central da agenda internacional. Tenho um compromisso com a minha geração, com o meu tempo. E esse compromisso eu cumpro com entusiasmo, com vigor, pois não tenho dúvidas de que está em jogo a própria sobrevivência da humanidade.

O homem é parte da natureza. Se destruímos o meio em que vivemos, acabaremos inevitavelmente por destruímos a nós mesmos. Em sentido inverso, se zelarmos pela natureza, estaremos zelando por nossas vidas, pela vida de nossos descendentes e pela felicidade de todos. Estaremos criando um planeta melhor.

«Minha decisão é uma aposta no
Rio de Janeiro.»

Venho aqui hoje com um objetivo muito especial. Minha presença pretende simbolizar um momento de inflexão da história recente: começa agora a obra de reconstrução do Rio de Janeiro.

O Governo Federal tem grande sensibilidade para o problema da deterioração de certos aspectos da vida diária da gente desta cidade e deste Estado. Daremos colaboração efetiva para que esse processo seja revertido, a partir de já.

O Rio de Janeiro é um símbolo do Brasil, para nós brasileiros e para todo o mundo. Não é possível pensar numa boa imagem do Brasil sem uma projeção favorável do Rio junto à opinião pública.

A decisão que tomei de realizar aqui a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi adotada a despeito de me terem apresentado numerosas opiniões divergentes. Ouvi argumentos que desaconselhavam essa escolha

pelos mais diversos motivos, entre eles o da insegurança e o da suposta decadência da cidade.

Minha decisão é uma aposta no Rio de Janeiro, uma aposta no futuro, um voto de confiança. Sei que os cariocas e fluminenses serão capazes de criar, nos próximos dois anos, as condições indispensáveis para o êxito de um evento que, reunindo mais de 20 mil pessoas de todas as partes da Terra, dezenas de Chefes de Estado e de Governo, fará desta cidade centro das atenções internacionais e cenário de um acontecimento fundamental para nós e para a humanidade. O Brasil, unido, trabalhará com o Rio de Janeiro para que a conferência seja uma verdadeira vitória.

Vamos confirmar em 1992, uma vez mais, a sua vocação internacional. Confirmaremos também a forte consciência ecológica que aqui se formou, a ponto de estarmos todos envidando esforços para que a Floresta da Tijuca seja incluída na rede mundial de reservas da biosfera do programa «O Homem e a Biosfera», da UNESCO.

O Rio de Janeiro possui uma clara tradição de criatividade, espírito inovador e ânimo vanguardista. A preservação da natureza em nosso País requer tais qualidades. A cultura moderna, tão presente nesta cidade, incorpora hoje o vigoroso ingrediente da questão ambiental.

O desenvolvimento e o bem-estar dos brasileiros exigem a participação ativa de cariocas e fluminenses. Os problemas e as dificuldades não podem, de forma alguma, confundir-se com a marca do Rio de Janeiro. A marca do Rio de Janeiro sempre foi, e continuará a ser, a capacidade de vencer os obstáculos com trabalho e inteligência e, acima de tudo, com confiança e otimismo.

É nesse sentido que a alma do Rio se identifica com o surgimento de um Brasil novo. A luta pela reconstrução nacional em que estamos engajados necessita contar com a atitude sempre positiva e determinada deste povo, com sua permanente disposição de liderar os movimentos de transformação. O Brasil

confia no futuro desta cidade e tem certeza de que ela integrará de modo decisivo a realização do destino de bem-estar e felicidade deste grande País.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
quando de sua visita ao Parque Nacional da Tijuca,
no Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto de 1990.*

Discurso ao Presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora

Senhor Presidente,

Com grande satisfação apresento a Vossa Excelência as boas-vindas do Governo e do povo brasileiros. A visita de Vossa Excelência e os entendimentos que vimos mantendo reforçam minha convicção de que as relações entre nossos países atravessam período extremamente fecundo. Os fatos demonstram que, com imaginação e coragem, estamos passando da fase retórica de nossa integração para sua realidade.

Temos à nossa frente um mundo em rápida transformação. Nossa geração é testemunha do esgotamento da guerra fria; da multipolarização dos cenários econômicos e políticos; do reavivamento, com base em novos parâmetros, do relacionamento coletivo; do reordenamento global dos grandes espaços econômicos; da criação da consciência ecológica que prescreve que não há desenvolvimento sadio sem proteção efetiva ao meio ambiente.

Assistimos também ao processo de consolidação da democracia como padrão de convivência política, e temos como certo que esse impulso democrático e renovador deve estar presente nas relações internacionais. Sem temores nem preconceitos, ha-

veremos de buscar participação mais ampla de nossa região nas decisões sobre o destino da comunidade internacional.

Esse destino deve seguir os caminhos da paz e da cooperação. É absolutamente imperativo que se evitem ações violatórias dos princípios da convivência entre povos soberanos, que possam ameaçar a continuidade do desanuviamento das tensões globais e regionais. Os atos de força tendem a provocar respostas na mesma linguagem — e o mundo tem hoje a esperança de banir para sempre o idioma da violência.

«Nossas relações bilaterais obedecem à lógica do benefício compartilhado.»

Os desafios que devemos enfrentar são de grande magnitude. Na difícil, mas indispensável, etapa de ajuste interno de nossas economias, cabe-nos inscrever o que podemos denominar «a face humana» da atuação do Estado. O combate às duras realidades da miséria e do atraso não se vence no quadro de um Estado autárquico. Penso interpretar também o pensamento de Vossa Excelência ao dizer que a redefinição do papel do Estado e a inserção competitiva de nossas economias neste novo cenário internacional, com os corolários da modernidade e da eficiência, visam garantir o desenvolvimento econômico sustentado e criar condições para que os países de nossa região promovam o bem-estar de seus povos — finalidade última do Estado e meta de que não se podem afastar os governantes.

Na América do Sul encontramos exemplos claros de percepções e aspirações comuns. Aí está o Pacto Andino, que, por força do espírito prospectivo dos líderes dos países que o compõem, ganha novo e salutar impulso. No Cone Sul também avançam, com vigor, os esforços de integração. Nenhuma dessas iniciativas deve ser vista como excludente. Ao contrário, certamente serão fenômenos complementares. Acreditamos que a integração latino-americana, imperativo constitucional para o

Brasil e prioridade de nossa política externa, irá desenvolver-se progressivamente, assentada sobre bases realistas e traduzida em ações efetivas.

Nossas relações bilaterais, Presidente Paz Zamora, não fogem à regra da priorização de interesses. Obedecem, ademais, à lógica do benefício compartilhado. Somos, pelo capricho da geografia, os únicos países da América do Sul tributários das duas principais bacias hidrográficas do continente, a do Amazonas e a do Prata. A isso a Bolívia soma a condição de membro do Pacto Andino, resultando, assim, condômina dos três grandes espaços associativos da América Meridional.

O Amazonas e o Prata condicionam, em larga medida, os diversos projetos e programas que compõem nossa agenda de trabalho.

Merecem ainda registro dois projetos de singular importância para nós: a integração energética e a cooperação fronteiriça.

Os acordos de integração energética, Senhor Presidente, representam um salto qualitativo cujas repercussões talvez não possamos ainda avaliar por inteiro. Simbolizam o elemento mais visível de nosso esforço integracionista. Bolívia e Brasil estão abrindo as portas para uma série de atividades complementares, onde a participação de nosso empresariado e das outras forças vivas da sociedade — artífices de qualquer processo legítimo de integração — terá papel decisivo.

A cooperação fronteiriça, cujos primeiros resultados esperamos celebrar a curto prazo, reforça nossa determinação de harmonizar nossas áreas de contato, tendo presentes os interesses e aspirações de brasileiros e bolivianos que ali vivem e trabalham.

Senhor Presidente,

Ao recebê-lo, há poucos momentos, no quadro da Ordem do Cruzeiro do Sul, o Governo brasileiro quis prestar justa homenagem ao estadista que é Vossa Excelência, e ao grande país que representa. Gostaria, também, que esse gesto fosse percebido

do como símbolo da tradicional e fraterna amizade que une nossos povos.

Inspirado por essa amizade, que só há de fortalecer no futuro, convido todos a elevarem suas taças em um brinde pela crescente prosperidade do povo boliviano, pela saúde e felicidade pessoais do Presidente Paz Zamora.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no jantar em homenagem ao Presidente da Bolívia,
Jaime Paz Zamora, realizado em Brasília, DF,
no dia 14 de agosto de 1990.*

Solenidade de Recebimento do Grande Colar da Ordem do Condor dos Andes

Senhor Presidente,

Vossa Excelência nos honra, a mim e ao povo brasileiro, ao entregar-me as insígnias do Grande Colar da Ordem do Condor dos Andes. Identifico nesse gesto uma fidalga homenagem aos laços de sólida amizade que unem nossos países, e um inesquecível tributo ao entendimento que permeia nosso diálogo.

Em seu recente discurso, na sessão comemorativa da Organização dos Estados Americanos, Vossa Excelência, com extrema propriedade, afirmou que «nunca em nossa história coincidimos tão plenamente com a idéia de que a democracia constitui o caminho e o espaço para o desenvolvimento de nossos povos..., e que a racionalidade no trato de nossas economias deve converter-se em realidade».

As conversações que mantivemos e os entendimentos que alcançamos refletem nossa fidelidade ao ideário democrático, como forma de convivência, dentro do propósito de promover o desenvolvimento econômico e a redenção social de nossos povos.

Nosso encontro nos permitiu, assim, uma reflexão comum, não apenas sobre os desafios que a conjuntura internacional nos

apresenta, mas também sobre a promissora agenda que o futuro nos reserva.

O impulso que conferimos à aproximação entre Bolívia e Brasil se refletirá em trabalho fecundo e realista. Esse esforço de cooperação, a partir da esfera institucional, mobilizará, também, a energia criativa de nossas sociedades. Temos plena consciência de que devemos trilhar juntos o caminho da prosperidade, da defesa do meio ambiente e da paz mundial.

Estou seguro de que nessa tarefa poderei contar com a experiência, o espírito de liderança e a inquebrantável fé democrática de Vossa Excelência.

Quero, assim, convidar todos os presentes a comigo brindar à prosperidade da nação boliviana, à felicidade e saúde pessoais do Presidente Paz Zamora.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na recepção em sua homenagem, oferecida pelo
Presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora,
em Brasília, DF, no dia 15 de agosto de 1990*

Integração Brasil-Bolívia

O Brasil e a Bolívia alimentam — há muitos anos — a expectativa de poder consolidar seu processo de integração. Diversas foram as fórmulas cogitadas. Longas e complexas têm sido as negociações, — nem sempre com resultados imediatos. Nunca permitimos, porém, que as demoras momentâneas debilitassem nosso propósito de cooperação crescente. Animou-nos, sempre, a certeza da amizade histórica e da comunhão de interesses.

O vigor de nossa cooperação nasce de clara identidade quanto aos propósitos dos dois países na sociedade internacional. Fazemos da construção da paz mundial objetivo central de nossas políticas externas, e da solução pacífica das controvérsias, método necessário para o diálogo entre as nações. O desenvolvimento, agora amparado pela consciência ecológica, que lhe dita normas de humanização, é outro objetivo que Brasil e Bolívia perseguem juntos. Sabemos que não haverá sociedade justa enquanto persistirem trágicas disparidades de riqueza no mundo.

Assinamos, nesta cerimônia, Declaração Conjunta que exprime nosso entendimento e participação comum em crenças, idéias e percepções. Os demais acordos, igualmente, demonstram a variada gama de motivações compartilhadas, bem como desejo de complementação econômica e aproximação efetiva dos dois povos.

«Antevejo, por força dos novos instrumentos, o surgimento de novos pólos de desenvolvimento em nossas fronteiras.»

Antevejo, por força dos novos instrumentos, o surgimento de novos pólos de desenvolvimento em nossas fronteiras, tanto no campo energético, como também nas áreas agrícola e industrial. Dispomos, agora, de quadro necessário para a exploração racional das províncias minerais de Corumbá e Puerto Suarez. Em síntese, todas essas iniciativas tenderão a propiciar importantes transformações sócio-econômicas de que se beneficiarão brasileiros e bolivianos.

Cabe, ainda, registro específico ao convênio para a proteção dos recursos naturais em área de fronteira que reafirma o compromisso dos dois governos com o manejo racional e a conservação do meio ambiente. Do mesmo modo, vale assinalar o convênio pelo qual o Governo brasileiro autoriza a Bolívia a estabelecer um depósito franco no Porto de Paranaguá, reiterando, assim, a constante preocupação do Brasil em mitigar as dificuldades derivadas da mediterraneidade da nação amiga.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Bolívia comprovam na realidade dos fatos o firme propósito de promoverem a integração bilateral e de intensificar os esforços de cooperação. Tenha Vossa Excelência a certeza de que, nesta tarefa, o povo boliviano há de sempre contar com o apoio e a fraterna amizade dos brasileiros e de seu Governo.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de assinatura de atos de
integração bilateral entre o Brasil e a Bolívia,
por ocasião da visita do Presidente Jaime Paz Zamora,
em Brasília, DF, no dia 15 de agosto de 1990.*

Apresentação dos Oficiais-Generais Recém-Promovidos

Os momentos de tensão vividos nestes últimos dias pela comunidade internacional indicam que a paz — entendida como ausência de conflagração — é ainda uma realidade frágil. Na verdade, porém, nunca foi tão forte a idéia da paz como meta que deve e pode ser alcançada, como um bem a ser defendido pelo concerto das nações. Apesar dos percalços, e até da ameaça de verdadeiras tragédias humanas por obra da guerra, o mundo há de avançar na direção da paz, da prevalência do entendimento.

Esse é o mundo que o Brasil quer, o mundo para cuja criação procuraremos contribuir; pelo comportamento calcado nos princípios do direito internacional, pela ação externa coerente e construtiva, pela disposição para dialogar e cooperar, pela busca da aproximação quando se manifestarem crises e conflitos.

O horizonte da paz aproxima-se à medida em que a democracia vai sendo adotada por um número cada vez maior de países. O Brasil fez a sua transição democrática quando essa ainda não era uma tendência universalmente generalizada. Colocamo-nos na vanguarda da história, na linha de frente da luta pela liberdade.

Ser o Chefe de Estado de uma grande democracia é para mim motivo de honra e orgulho. Nas decisões que tomo diaria-

mente, no diálogo com os demais poderes constituídos da República, com as entidades representativas da sociedade e com líderes de países amigos, sinto-me apoiado e motivado pela legitimidade que só nasce da vontade popular.

A promoção de cada um dos senhores nas respectivas carreiras é fruto do reconhecimento que souberam merecer pelos trabalhos prestados, pelas missões cumpridas, pela lealdade e dignidade com que integraram as nossas Forças Armadas.

Agora, em funções de maior hierarquia, caber-lhes-á uma responsabilidade também maior na tarefa de servir ao País, dando exemplo constante de seriedade, abnegação, espírito público e patriotismo. Tenho absoluta certeza de que estarão à altura desse desafio e desejo-lhes êxito e felicidade na cruzada em que estamos todos engajados para construir um Brasil novo, um Brasil de paz, liberdade e bem-estar social.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de apresentação dos oficiais-generais
recém-promovidos, em Brasília, DF,
no dia 17 de agosto de 1990.*

Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão

Estamos vivendo, Governo e povo, um momento de entendimento, de congraçamento, de vitória.

Estamos vencendo a inflação e esta não é apenas a vitória de um plano econômico corajoso e eficiente. É uma vitória nossa, de todos que estamos participando e colaborando, dizendo, dia-a-dia, um «não» bem forte ao abuso e à exploração. Uma vitória de todos que entenderam nosso apelo e já não admitem pagar preços aumentados indevidamente. É por causa desta participação consciente de cada um de nós que a inflação está baixando. E, por isso, quero agradecer. Agradecer a cada um que aprendeu a pensar melhor, a pesquisar mais e a comprar somente o que é absolutamente necessário e, mais ainda, por um preço justo.

«A maioria está otimista e confiante
em um futuro melhor.»

Felizmente, ao prestar estes esclarecimentos, posso dizer que o Governo também está fazendo a sua parte.

Eliminamos o déficit público, cortando as despesas desnecessárias e aumentando as receitas. Moralizamos o serviço público, acabando com a mordomia. Estamos negociando a dívida externa de modo a não sacrificar os interesses do País. Estimulamos a concorrência com a liberação das importações, para obrigar os preços a caírem ainda mais. E, ao dar um fim à especulação financeira, dirigimos os investimentos para a produção e já podemos ver a queda nos índices de desemprego. O País, minha gente, mudou. Essa é a verdade. E mudou seguindo um programa de governo aprovado nas urnas por vocês, que é o de trabalhar para a melhoria de vida da maioria da população.

A maioria está otimista e confiante em um futuro melhor. Os críticos, os pessimistas, os que previram o caos estão agora sem ter o que dizer. Ainda bem.

Recentemente, porque somos sensíveis ao problema salarial, concedemos um abono que beneficiou mais de 80% da população trabalhadora. Agora — e somente depois de fazer, com responsabilidade, as contas necessárias — estendemos o abono também aos aposentados. De nada adiantaria conceder abono aos aposentados se, para isso, fôssemos levar à falência a Previdência Social e prejudicar um serviço que estamos trabalhando duro para recuperar. Isso seria, minha gente, apenas uma ilusão, uma mentira. E as mentiras, como vocês sabem, não têm vez no nosso Governo.

Neste momento, alguns menos atentos estão tentando iludir o trabalhador, acenando com a indexação dos salários, como se isso fosse uma solução.

Minha gente, eu quero apenas lembrar a vocês que, nos últimos anos, todos tiveram os salários indexados. A hiperinflação explodiu e o salário ficava sempre atrás. O que aumentava primeiro eram os preços. No fim do mês vinha a tal indexação, mas o trabalhador já tinha perdido muito.

«O povo sentiu na pele que
indexação é inflação.»

Em 1988 e 1989, todos os meses, o salário teve indexação. E vocês recordam o que aconteceu com a inflação, o que aconteceu com os salários? A hiperinflação foi de quase 1.400% e a perda do trabalhador foi de quase oito salários durante o ano. Isso quer dizer que, em um ano, somando todos os salários, recebendo todo mês a tal indexação, o trabalhador perdeu mais de 60% do seu poder de compra. Essas contas, minha gente, não são nossas. São de um órgão sindical. Mas nem precisamos de números para medir o sofrimento que essa indexação causou. O povo sentiu na pele que indexação é inflação. Era, na verdade, isto sim, um mecanismo que garantia que os preços aumentassem automaticamente, em uma corrida que o trabalhador jamais pôde ganhar.

Ninguém, ninguém pode dizer que, com a indexação, os salários tiveram ganho real. Ninguém pode dizer que os trabalhadores podiam, no fim do mês, comprar mais e viver melhor. Isso era um engano, uma grande farsa. A única coisa, minha gente, que pode fazer o trabalhador recuperar seu poder de compra é uma inflação baixa e controlada, uma economia organizada, com recuperação dos investimentos e, sobretudo, com a produtividade aumentada. Exatamente o que estamos tratando de fazer, com sucesso, graças a Deus e à participação de cada um de vocês.

O povo brasileiro quis mudar e mudou porque estava cansado de velhas promessas. Não queremos voltar às práticas de um passado em que a maioria sempre perdeu, e eu tenho certeza de que a maioria compreende, hoje, que indexar os salários seria voltar atrás e novamente perder. Da mesma forma, sei que a maioria entende que o desespero dos pessimistas derrotados não pode e não haverá de ser condutor de luta alguma.

Ninguém de bom senso, minha gente, tem o direito de acenar com a indexação, que teria como resultado hiperinflação, falências, desemprego em massa e uma brutal recessão. Nin-

guém de bom senso tem o direito de tentar conduzir o trabalhador a um verdadeiro suicídio, propondo a greve como arma política, o conflito, a baderna e a desordem.

«O Governo não pode e não vai ser
o juiz de disputas trabalhistas.»

Minha gente, a greve é uma arma legítima, mas eu quero lembrar, junto com vocês, o que a história tem nos mostrado. Greve com baderna, greve política, acaba sempre em prejuízo para o trabalhador e para a sociedade. A sociedade já está farta, cansada e indignada com greves com fins eleitoreiros que prejudicam o seu dia-a-dia, transtornando o seu cotidiano. E a sociedade saberá julgar, saberá fazer seu julgamento e dar sua resposta. Ela deseja paz. Isto sim, segurança para trabalhar. E este é o Governo que quer e haverá de buscar a ordem, a paz, a prosperidade e o bem-estar social.

O Governo não pode e não vai ser o juiz de disputas trabalhistas. Este não é o nosso papel. Mas o Governo não se omite; estará sempre, como prometi, ao lado do trabalhador responsável. Vamos continuar amparando os que mais precisam e vamos, com firmeza cada vez maior, exigir que se cumpram as leis neste País. Não é admissível, por exemplo, que não se ponha em prática a lei de participação dos trabalhadores no lucro das empresas, esta norma está há mais de 40 anos esperando regulamentação no Congresso Nacional. Por isto tomamos a iniciativa de levantar esta questão, porque não podemos e não queremos esperar mais tempo.

O Governo do Brasil é hoje, minha gente, o Governo da maioria, e eu, Presidente da República, não lhes abandonarei. Estaremos juntos combatendo o bom combate. Unidos, com a

ajuda de Deus, pela construção do Brasil Novo, sem indexação, sem inflação, com paz e com justiça social.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em cadeia nacional de rádio e televisão,
no dia 20 de agosto de 1990.*

Discurso aos Oficiais da Reserva e da Ativa do Exército

É grande a minha satisfação de participar com oficiais da ativa e da reserva, deste almoço que faz parte das comemorações da Semana do Exército Brasileiro.

Meu comparecimento foge às determinações rígidas das obrigações protocolares do Chefe do Estado. Vim porque pretendo homenagear, como Presidente e Comandante Supremo das Forças Armadas, a trajetória de dedicação às causas da Pátria, que é a história do Exército brasileiro.

Quero também assinalar o meu apreço pessoal à lealdade e ao sentido de interesse nacional que vêm regendo o cotidiano de trabalho do soldado brasileiro.

Tenho, em minhas visitas às unidades militares, recolhido, tanto dos oficiais quanto dos soldados, os melhores exemplos de vontade e determinação de servir ao nosso País, de servir à nossa Pátria.

Senhores oficiais, o Brasil anseia por um mundo de paz. Ao longo da história, pautamos nosso comportamento pela estrita observância dos princípios basilares da boa convivência internacional.

Participamos ativamente da concepção, da consolidação jurídica e da defesa desses princípios. O Exército brasileiro, co-

mo não poderia deixar de ser, incorpora profundamente a nossa identificação com as regras fundamentais do relacionamento internacional. A missão do Exército, e das Forças Armadas como um todo, é a de resguardar a nossa independência, assegurando a autodeterminação de nosso povo, a integridade de nossas fronteiras e o respeito aos direitos que nos cabem como Estado soberano.

«O Brasil anseia por um mundo
de paz.»

Nos regimes democráticos, o princípio da soberania realiza-se em toda a sua plenitude, já que o povo assume efetivamente a condução de seus próprios destinos.

Cabe ao Exército brasileiro garantir à nossa gente o direito inalienável de decidir sobre o futuro da Nação, de acordo com o disposto na Constituição, lei maior da democracia, a que todos devemos a mais absoluta obediência.

Senhores oficiais, a conquista da independência foi apenas um passo inicial, uma batalha vencedora na luta do povo brasileiro pela concretização de suas legítimas aspirações. A luta prosseguiu, a luta continua, nossa gente quer alimento, saúde, habitação, escola, mais empregos, melhores salários, segurança e estabilidade. O povo brasileiro quer progresso, quer ordem, quer bem-estar social.

O Brasil quer, também, um ambiente de transparência, um ambiente em que o jogo da democracia seja praticado com dignidade e correção; a sociedade não se deixará enganar por versões distorcidas dos fatos nem por inverdades muitas vezes a serviço de rancores pessoais.

A democracia exige responsabilidade e essa responsabilidade tem que ser compartilhada. Na democracia, todos nós somos

responsáveis perante o povo e perante a lei por nossos atos e afirmações.

No regime democrático não há lugar para a mentira, não há lugar para a violência; é, ao contrário, o regime da verdade e da paz. Somos, felizmente, uma Nação que confia em sua capacidade. Queremos alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento; sabemos que essa é uma aspiração justa e factível e estamos dispostos a trabalhar, com sacrifício, para que nossa determinação se torne realidade o quanto antes. O Exército brasileiro guarda entre as suas mais ricas tradições a defesa do moderno e a vocação desenvolvimentista.

Com o passar dos anos, em particular nesses tempos de transformações rápidas e até surpreendentes, foram evoluindo certos aspectos dos conceitos de modernidade e desenvolvimento, de concepções que privilegiavam a auto-suficiência como medida de progresso. Avançamos para uma era em que melhorar a qualidade de vida de um povo pressupõe fazer com que esse povo participe das vitórias da humanidade nos campos da economia, da ciência, da cooperação, do respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Hoje, mais do que nunca, ser desenvolvido é ser parte do mundo. O Brasil nasceu para integrar a vanguarda da história dos homens; é o destino das Américas, é a vontade de nossa gente.

O Exército brasileiro há de cumprir com dedicação patriótica, e espírito público como vem fazendo, o relevante papel que lhe cabe na construção de um Brasil novo, de um País melhor para nós e para as gerações que nos irão suceder.

Senhor Ministro do Exército, senhores oficiais, compartilho vivamente, com toda a sociedade brasileira, a alegria das celebrações da Semana do Exército. Nesta ocasião quero prestar uma homenagem especial àqueles que agora se encontram na reserva, a esses valorosos soldados forjados em ricas histórias de serviço aos interesses maiores do País. O Brasil reconhece-lhes a coragem, o Brasil reconhece-lhes a abnegação e conta sempre

com sua experiência e sabedoria. Deixo-lhes finalmente uma mensagem, uma exortação: orgulhem-se de pertencer ao nosso Exército, orgulhem-se de ser soldados de uma democracia, orgulhem-se como eu próprio me orgulho, de dedicar a vida ao serviço da nossa Pátria e ao povo brasileiro.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante almoço de confraternização dos oficiais
da reserva e da ativa do Exército, realizado
no Clube do Exército, em Brasília, DF,
no dia 22 de agosto de 1990.*

Abertura do I Seminário Nacional Infância e Juventude no Brasil

Estamos aqui para participar de um acontecimento essencialmente democrático. Por iniciativa do Governo, e com o apoio da UNICEF; os participantes do Seminário que ora se inaugura, examinarão quatro temas aos quais o Governo atribui a mais alta importância, e dos quais procura cuidar com alta prioridade e inteira transparência. São eles: os direitos humanos, a cidadania, a infância e a juventude, e a violência. O Brasil não tem nada a esconder. O que aqui existe de errado deve ser apresentado, a fim de que a sociedade cobre soluções mais urgentes e o Governo aja na direção correta.

Inauguramos uma nova fase na história do tratamento dos direitos humanos neste País. Estamos empenhados em fazer o que nos cabe para que a Constituição seja rigorosamente obedecida. Nesse sentido, estamos abertos a acolher denúncias, críticas e sugestões, de brasileiros ou estrangeiros, de indivíduos ou de entidades como a Anistia Internacional. Exigimos apenas que tudo isso se faça com ânimo construtivo, com o objetivo de dar elementos para construção de uma sociedade mais justa e não com fins meramente promocionais ou eleitoreiros.

Quanto à cidadania, a própria conclusão do processo de transição democrática deu ao nosso povo vários requisitos bási-

cos para que sejamos cidadãos na acepção mais plena da palavra. A liberdade, nós já conquistamos. Resta agora fazer com que essa liberdade passe a influir efetivamente no dia-a-dia dos brasileiros, em todas as suas dimensões.

A infância e a juventude são temas absolutamente prioritários de meu governo. Este seminário é expressão concreta dessa prioridade e da disposição que temos de abordar o assunto em suas mais variadas dimensões, mesmo as mais delicadas e até difíceis para nós brasileiros. O programa «Ministério da Criança» é a síntese da vontade empenhada em reverter a situação intolerável do menor carente neste País.

«Não aceito a idéia
de uma geração perdida.»

Estou pessoalmente engajado em liderar uma cruzada nacional contra a violência e o crime, e muito particularmente, contra a violência praticada todos os dias contra as nossas crianças e os nossos adolescentes. Tenho plena consciência das barbaridades que acontecem em nossas grandes cidades, e também no campo. Não aceito a idéia de uma geração perdida. O Governo, e toda a sociedade, têm a obrigação moral de mobilizar os recursos e a força de vontade necessários para corrigir essa realidade.

A violência contra as crianças e contra as pessoas de modo geral, é injustificada e deve ser banida do País e da face da Terra. Mas, em certa medida, no Brasil e em outras partes do mundo, essa violência é o resultado de uma outra violência: a miséria, a fome, a doença, o abandono e a desesperança. Temos de erradicar a violência das injustiças socio-econômicas. Temos, enfim, de realizar o quanto antes a nossa aspiração de construir uma sociedade próspera e socialmente justa. Tal como a defesa dos direitos humanos e da cidadania, o desenvolvimento é também um imperativo moral, pois o subdesenvolvimento é cada vez mais a negação das necessidades essenciais da pessoa humana.

Esse é o desafio que tenho em mente quando falo da construção de um Brasil novo. Esse é o objetivo de minha ação à frente do Governo. Estou convencido de que somos capazes, e de que vamos vencer a luta pelo progresso. Vamos cuidar de fazer deste País uma sociedade cívica. Uma comunidade em que nossos filhos tenham assegurados os meios necessários à sua realização, e em que sejam preservados os valores fundamentais da civilização a que pertencemos.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade de abertura do I Seminário Nacional
Infância e Juventude no Brasil: os Direitos Humanos,
a Cidadania e a Violência, realizado em Brasília, DF,
no dia 22 de agosto de 1990.*

Visita à Procuradoria-Geral da República

A visita que hoje faço à Procuradoria Geral da República, a primeira de um Chefe do Executivo a esta egrégia instituição, constitui o penhor de minha homenagem ao Ministério Público brasileiro, um dos mais altos edifícios da cidadania.

O mundo de nossos dias assiste a um intenso processo de mudanças, cujo ritmo e profundidade vêm revolucionando a vida política, econômica, social, científica e tecnológica das sociedades. Estreitamente vinculado a essa fascinante trajetória dos novos tempos, o Estado contemporâneo tem podido conhecer aperfeiçoamentos extraordinários, sob o impulso da convicção crescente de que é na promoção e defesa do interesse coletivo que se engrandecem as funções do poder público.

Esta é a razão de o constitucionalismo moderno vir privilegiando a ampliação dos controles do Estado pela sociedade. O valor da democracia não está na quantidade de povo que a sustenta, mesmo quando se enfatiza o primado do interesse das maiorias. A democracia cria raízes e floresce à conta da capacidade que tenha o povo de afirmar-se soberano, por sua consciência de que dele emana todo o poder e de que apenas em seu nome será legítimo governar, legislar e julgar.

Dos vigamentos da Constituição de 1988, recolhemos, com orgulho, a certeza serena de que a cidadania conta agora com

instrumentos jurídicos consagradores da vontade e vocação nacionais de construir um Estado democrático de direito, em uma sociedade livre, justa e solidária.

«O Executivo não deve estar sozinho na responsabilidade pelo êxito de um projeto de recuperação nacional.»

Creio, entretanto, que os Procuradores da República, conscientes, na entrada do ano em curso, da gravidade da crise que se abatia sobre o País, e que projetava para os brasileiros o horizonte da catástrofe, compartilham agora comigo, todos, a convicção de que o Executivo não deve estar sozinho na responsabilidade pelo êxito de um projeto de recuperação nacional. A todos nós interessa que a República veja restauradas, de pronto, e elevadas à altura do merecimento de nosso povo, a vitalidade de nossas instituições políticas, a consistência de nossa economia e a credibilidade externa de nossa voz.

O Estado democrático se fortalece na moldura de um Ministério Público uno, indivisível e independente, sem similar em qualquer outra parte do mundo nem em nossas constituições anteriores, de certo em homenagem à gente brasileira que, também de maneira imprecendente em sua história, conseguiu recuperar o processo democrático e enaltecê-lo no brilho das eleições presidenciais de 1989.

Desta Casa tenho a mais grata das lembranças. Nela vim buscar e encontrei, quando governador de Alagoas, o apoio institucional de que precisava para a dura luta, no plenário da Corte Suprema, contra o descalabro em que se transformara o quadro de salários no serviço público de meu Estado. O triste fenômeno, na realidade, alcançava o País por inteiro, numa grosseira afronta aos trabalhadores comuns; e daquele memorável processo resultou o despertar da consciência coletiva para um novo tempo, marcado por severa e permanente atenção à maneira de se administrarem os recursos do tesouro público.

Uma das evidências mais incontestes de que a soberania democrática é hoje patrimônio do povo brasileiro ancora-se na ampliação do papel, nas garantias e nas funções do Ministério Público. Seu reconhecimento como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, transformam-no em um dos instrumentos da consciência pública, um guardião incontornável da sociedade livre.

A democracia brasileira não tem dono, além de seu povo. Tampouco existe monopólio na defesa do interesse público, já não houvesse a sociedade definido e distribuído papéis distintos e complementares aos responsáveis maiores pela promoção e proteção da cidadania.

Este é o espírito com que hoje venho à Procuradoria-Geral da República prestar o tributo do Chefe de Estado a seu titular e, por seu alto intermédio, ao Ministério Público da Nação brasileira. Esta é a democracia que, juntos, soubemos reconquistar no texto constitucional de 1988 e nas urnas de 1989 e que, sempre juntos, haveremos de enriquecer, em nome de nossa lealdade obstinada para com os interesses do povo brasileiro, em nome de nossa confiança no futuro e de nosso compromisso com a grandeza crescente da República.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião de sua visita à Procuradoria-Geral da República,
em Brasília, DF, no dia 23 de agosto de 1990.*

Entrevista ao Jornal Canadense *The Globe and Mail*

Jornalista: A impressão que o mundo tem do Brasil talvez não seja a mesma do senhor. Então, gostaria de saber o que o senhor valoriza no Brasil, o que gostaria de jogar fora, e o que gostaria de preservar e melhorar?

Presidente: Poderíamos nos utilizar de uma imagem para melhor detalhar a resposta. A imagem do Brasil não era boa, nem interna e externamente. Ou seja, a visão que se tinha do Brasil lá fora não era muito diferente da que se tinha aqui dentro.

Eu utilizaria a imagem de uma empresa: a «Brazilian Corporation». Essa empresa possuía uma administração incompetente que a estava levando à falência. Naturalmente os acionistas dessa empresa, a população brasileira, estavam insatisfeitos com essa administração, do mesmo modo que outros acionistas, os estrangeiros, estavam com dificuldades em aceitar a situação. Todos estavam com uma visão do Brasil real, que era a de uma administração sem a competência devida para gerir essa grande empresa.

Chegou o momento em que os acionistas resolveram mudar a direção. E a mudança ocorreu com a realização de eleições pelo voto direto, a primeira em 29 anos. Então, mudou a gerência da «Brazilian Corporation» e a nova diretoria, quando assumiu

o comando dessa grande empresa, começou a tomar todas as medidas cabíveis, necessárias e imprescindíveis para recuperá-la com a meta de readquirir a confiança dos seus acionistas nacionais e daqueles que participam com capital externo, visando a inserção do Brasil na modernidade.

A partir da posse do novo Governo, a imagem que os acionistas têm desta «Empresa Brasil» é outra. A mudança da direção trouxe a esperança de que a situação melhorasse e medidas efetivas fossem tomadas. Hoje já saímos desse estágio da esperança e ingressamos no estágio da confiança, que tem a população brasileira, de que o caminho adotado é o correto e que as medidas que foram tomadas eram as absolutamente necessárias. Essa consciência também está chegando lá fora, embora de uma forma mais lenta, dificultada por erros seguidos do passado nas relações do Brasil com seus credores internacionais, por exemplo.

Mas lá fora há a sensação de que algo mudou no Brasil. Os sinais são extremamente positivos, os resultados já são palpáveis. Estamos jogando fora a intervenção estatal, o corporativismo, a corrupção, as mordomias e a falta de responsabilidade na condução dos negócios públicos. Estamos aproveitando esse extraordinário material humano de que o Brasil dispõe, que une sua população, seu sentimento e seus ideais. Nós lidamos com ideais e não com interesses particulares de pessoas ou de grupos. O que estamos aproveitando é esse sentimento de mudanças, esse sentimento da sociedade brasileira de reconstruir a Nação em bases mais sólidas de bem-estar social, de solidariedade e de absoluta responsabilidade para com o futuro da nossa Pátria.

Inflação

Jornalista: Pode-se afirmar que um tema muito valorizado do Brasil é a cultura brasileira; outro é o povo trabalhador. Qual dos dois o senhor colocaria como primordial?

Presidente: Chegamos à Presidência da República e a primeira constatação foi de que tudo é emergencial, tudo é primordial, tudo necessita ser atacado rapidamente, porque os erros se somaram ao longo dos anos e se potencializaram. Por isso estamos atacando em várias frentes. Mas o ponto fundamental que nos dispusemos a atacar desde o início do Governo, está sendo a inflação. Sem que acabássemos com a inflação, sem que promovêssemos uma luta sem tréguas contra o processo inflacionário, não haveria nenhuma possibilidade de atendermos às justas demandas do trabalhador, da cultura, do setor privado, dos industriais, da educação, da saúde e da habitação.

Fundamentalmente, o ponto nevrálgico de todo o nosso programa baseia-se no combate sem tréguas à inflação. E esse combate vem sendo realizado de uma forma autêntica, sem cartas na manga e sem artificialismos. Pela primeira vez no Brasil promove-se um programa de ajuste econômico muito severo, sem engessamento da economia, sem controle absoluto dos preços. Ao mesmo tempo em que estamos implementando um programa de ajustamento econômico sem precedentes no mundo, estamos também vivendo a fase de maior liberalização de preços já ocorrida na história do País. Se os preços estão caindo, se a inflação está desacelerando, isso está acontecendo dentro das regras do mercado, num processo de desaceleração real, consistente, e não artificial.

Retomada do Desenvolvimento

Jornalista: O Senhor várias vezes, nesses cinco meses, demonstrou uma vontade de que as coisas mudassem já, sem demora, e eu até diria que transpareceu algumas vezes uma raiva, pelo estado em que as coisas estavam. De onde vem essa raiva, de que experiência?

Presidente: Não há, de minha parte, raiva. Há uma indignação. Eu sou uma pessoa indignada com o erro, com a injustiça, com

a miséria, com a ineficiência e com a falta de consciência cívica. E não somente eu. Pertencço a uma geração indignada.

Afinal de contas, o que nós fizemos para merecer uma herança tão incômoda como essa? Baseado nessa indignação eu desejo respostas rápidas, desejo soluções rápidas e eficientes para os problemas brasileiros. E é isso o que venho buscando. Se olharmos o rol de realizações promovido nesse País, verificaremos que esse tipo de mudança é muito maior do que o de ordem econômica ou de ordem administrativa. Há uma mudança cultural; as pessoas estão reciclando a sua visão do País.

E nós não temos tempo a perder. Eu não tenho tempo a perder e nem o Brasil. Já perdemos uma década: a década de 80 foi perdida para o Brasil. E o Brasil somente suportou isso porque é realmente um país extraordinário, que encontrou reservas de resistência para superar o maltrato que sofreu durante uma década.

Estou assumindo a Presidência da República exatamente num ponto de inflexão. Chegamos ao fundo do poço, cabe a mim retirar o País dessa situação. Para isso, precisamos de um impulso muito forte, de uma associação de energia muito grande. Como dizemos no esporte, precisamos da capacidade de explosão do atleta.

Do ponto de vista político, social, administrativo e econômico, o Brasil precisa desse esforço extraordinário para sair rapidamente do fundo do poço, e isso significa equilibrar economicamente o País, fazer retornar os investimentos, buscar a eficiência, a competitividade para se obter a produtividade e, a partir daí, alcançar ganhos reais de salários. Nesse ponto, vamos reingressar na fase de crescimento econômico.

O Modelo

Jornalista: O senhor já viajou muito pelo mundo. Quais os sistemas sociais e econômicos que mais o atraem em outros países?

Presidente: Fundamentalmente, sou uma pessoa defensora da economia de mercado. Entendo que não há solução para nenhum problema, de nenhum país, que não seja via economia de mercado. Pertencço à livre iniciativa e vejo que o sistema que estamos aplicando no Brasil, o da economia de mercado, é o que vai fazer com que esse País funcione.

Alguns dizem que temos um programa liberal. É claro que há regras liberais, mas há uma grande dosagem de preocupação social que, eu diria, não faz parte das preocupações básicas do liberalismo clássico. De acordo com a delegação que recebemos das urnas, que elegeram não somente o candidato à Presidente da República, mas também o seu programa de governo, estamos procurando dar ao Brasil essa face liberal, junto com uma profunda preocupação para com as questões sociais.

As Elites

Jornalista: *Quais são as elites deste País? O sistema que o senhor não gosta e não gostava foi administrado por militares, por membros da classe política a que o senhor pertencia.*

Presidente: As elites a que me refiro estão em todos os lados. Esse tipo de elite que eu repilo não está localizado apenas, como o termo faz supor, nas classes privilegiadas, aí retratado o industrial ou o grande empresário, ou a classe política detentora do poder. Elas existem em todas as camadas.

As elites que são nocivas ao País são as que têm um discurso em discordância com a sua prática. Do lado dos empresários, por exemplo, pertence a esse tipo de elite aquele que diz que o Estado não pode mais interferir na economia, que tem que repensar o seu papel, que o Estado não pode fazer benemerência com recursos políticos, mas, ao mesmo tempo, é ele o que recebe uma maior colaboração do Estado para seus próprios negócios.

Do lado dos trabalhadores, são aqueles líderes sindicais que vêm com um discurso anacrônico, inteiramente dissociado do real interesse do trabalhador. Dizem que o Estado tem que ser o responsável, tem que tomar conta. E ao mesmo tempo não prezam pela eficiência da aplicação dos recursos do Estado nas áreas por eles dominadas. Esse discurso dessa elite do sindicalismo brasileiro é tão cínico quanto o discurso da outra ponta da linha, o discurso desse tipo de empresário. São essas as elites com as quais eu me indisponho. Eles sabem que comigo não há termo de conversa, e o que eles estão pregando é algo diametralmente oposto àquilo que foi aprovado pela população e à delegação que tenho pra fazer esse programa caminhar.

Dívida Externa

Jornalista: Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o papel do Brasil no mundo. O País está dando alguns passos de abertura ao mercado internacional, mas ao mesmo tempo não sei se lá fora vão gostar desse novo Brasil que parece muito duro, por exemplo, quanto à negociação da dívida externa, já que quer mudar a realidade dessa negociação e está propondo aos bancos compromissos individuais. Há uma série de outras coisas que levam grande parte do mundo a se indispor com as atitudes do Brasil. Estou pensando, por exemplo, na área da fiscalização de instalações nucleares.

Presidente: Sobre o primeiro ponto, a questão da dívida externa, deve ficar claro que de nenhuma maneira o Brasil deseja um confronto, e nem haverá esse confronto. Em nenhum instante o País deixará de lado a importância do Comitê Assessor da dívida externa. Em nenhum momento abandonará sua posição de rapidamente equacionar a questão da dívida externa, a fim de demonstrar aos credores internacionais que o País se dispõe a ser um bom parceiro e a ingressar definitivamente no que se convencionou chamar de Primeiro Mundo.

Acho que existe muita confusão em torno desse tema. As declarações que são dadas não refletem o clima de entendimento que está havendo. É de se supor que uma dívida de 112 ou 114 bilhões de dólares não se resolva com a mesma facilidade com que pagamos a nossa dívida de pão e de leite na mercearia no final do mês. É algo muito mais complexo, muito mais delicado. E a prudência exige que trabalheemos em cima de um acordo factível. O meu governo não deseja assinar nenhum tipo de acordo que, no futuro, não tenha possibilidade de honrar. No passado foram assinados 30 acordos e nenhum deles foi cumprido. Porque foram acordos feitos de uma maneira apresada, sem a atenção devida, sem o cuidado necessário. Este governo dá muito valor à palavra empenhada e à assinatura num documento.

Hoje a questão se coloca de uma forma muito simples. Os bancos estão cumprindo o seu papel, querem receber, e receber tudo. O nosso papel é o de pagar, mas pagar o mínimo possível. É uma relação comercial normal, como a que uma pessoa física tem com o gerente do banco quando vai pagar um título ou um empréstimo. A pessoa negocia para pagar só a metade, deixar o resto para depois... É exatamente isso que estamos fazendo. O fato de termos convidado os bancos credores para conversar individualmente é apenas o atendimento de uma manifestação de vontade por parte de vários bancos que desejavam conversar conosco e exprimiram esse desejo à Ministra da Economia, aos técnicos do Governo brasileiro, durante as viagens que fizeram recentemente à Europa e aos Estados Unidos.

Esse convite não significa que queiramos desprestigiar o Comitê Assessor de Bancos. Absolutamente. Entendemos que o Comitê Assessor é indispensável para que cheguemos a um bom resultado nessa negociação. Enfim, a posição do Brasil em relação à negociação da dívida externa é extremamente positiva. Não se deseja, em momento nenhum, criar qualquer tipo de dificuldade. Mas o País também não abre mão de tentar uma boa negociação, porque se assim não fizermos estaremos traindo o mandato que nos foi dado, que obriga, dentre outras coisas, que lutemos para preservar ao máximo os interesses nacionais. Da mesma forma os banqueiros têm uma exigência, por parte dos acionistas, de buscar, de todas as maneiras, o maior lucro

possível. Não há nada de errado no fato de cada um estar cumprindo o seu papel. Estamos cumprindo o nosso papel no limite das nossas atribuições e com a intensidade que domina as ações de todo o Governo brasileiro.

Programa Nuclear

Jornalista: Outro assunto em que toquei na pergunta anterior foi o da questão dos programas na área nuclear no Brasil...

Presidente: Na minha cabeça, falar da questão nuclear é algo assim como falar do transporte em diligências ou em carruagens. É uma coisa tão fora do momento, tão sem sentido...

Jornalista: Então o Brasil vai desmantelar aquele programa?

Presidente: Não é questão de desmantelar. Nós temos que encontrar uma fórmula. Isso não faz sentido. Argumentam que vamos precisar de energia depois de 2000, depois do ano 2100. Mas no ano 2100 a gente vai estar comprando disquetes de energia na papelaria: «Me dá um megawatt de energia». Você pega o papel e coloca no computador de sua casa, da sua indústria e aquilo fornece energia. A tecnologia está caminhando para isso. Energia nuclear para que? Para fazer bomba atômica? Para que bomba atômica?

Jornalista: O Brasil vai renunciar a qualquer pretensão de ter a bomba?

Presidente: Em nenhum instante o meu governo permitirá que se pense na possibilidade remota de se fazer bomba atômica, até porque a Constituição impede. Acho que o Brasil é um dos poucos países em que na Carta Constitucional existe essa proibição. Segundo a Constituição, a energia atômica, se utilizada, deverá ser apenas para fins pacíficos.

Tecnologia

Jornalista: Vamos falar de coisas concretas como a ajuda, o comércio entre o Brasil e o Iraque. O senhor vai mudar a política de venda de material bélico para esse país?

Presidente: Ai temos uma coisa mais abrangente, que é a questão do desenvolvimento, da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Hoje, os países do Terceiro Mundo estão sofrendo uma nova forma de colonialismo. Não é o colonialismo clássico, mas o do conhecimento. Os países altamente industrializados, portanto avançados tecnologicamente, querem guardar essa tecnologia em caixas pretas e impedir que outros países tenham acesso a elas. E aí não estou nem tratando da tecnologia nuclear, mas da tecnologia mais simples, como a da preservação ambiental, por exemplo.

É necessário que esse conhecimento que hoje existe no mundo não seja do domínio e patrimônio exclusivos de alguns. O conhecimento científico e tecnológico tem que ser um patrimônio da humanidade, sobretudo quando se pode aplicá-lo em causas nobres como na despoluição, na preservação do meio ambiente, na recuperação de áreas já devastadas, na diminuição de custos industriais e assim por diante.

Além de estarmos sofrendo esse tipo de colonialismo por não termos acesso a tecnologia, ficamos impedidos de dar uma consequência econômica à pouca tecnologia de que dispomos. Temos o avião Tucano, no qual voei outro dia. Temos um carro de combate, o Osório, que ali está. O Osório, especificamente, participou de concorrências internacionais com carros da Inglaterra, da União Soviética, dos Estados Unidos e da França. Ganhou em todos os estágios da concorrência, e não sei por que uma mão invisível se abateu e impediu que essa negociação com a Arábia Saudita até hoje se efetivasse. Em resumo, não nos é proporcionada sequer a possibilidade de darmos consequência econômica à nossa capacidade de estudo e desenvolvimento.

Esse conflito que existe no Golfo nos traz uma indagação. É justo que países armem outros países que têm uma índole beligerante, de modo a que, com essa venda, possam até animar ainda mais essa índole de alguns dirigentes? Sem dúvida, sou a favor de que se criem salvaguardas para evitar que países com essa predisposição para a guerra possam ser armados além do limite aceitável, que é o de se manter as forças armadas razoavelmente equipadas para enfrentar uma agressão externa, por exemplo, ou para a manutenção das suas fronteiras.

Ontem me caiu nas mãos a relação dos equipamentos do exército iraquiano, e o Brasil participa modestíssimamente desse equipamento. O maior número de equipamentos que o Brasil vendeu foi de aviões de treinamento Tucano, que talvez não carreguem um revólver dentro deles. Se você for verificar, os outros países forneceram aviões que equivalem ao F-16 americano, com um poder de destruição terrível. Eles têm cerca de 250 desses aviões, têm carros de combate soviéticos, têm aviões americanos... Enfim, o Brasil participou de uma forma muito modesta.

No passado, no relacionamento do Brasil com o Iraque, houve o que me parece um equívoco em relação à questão nuclear. Mas isso é um fato inteiramente superado, com que não temos mais que nos preocupar.

Cultura

Jornalista: Eu queria fazer mais duas perguntas sobre a cultura deste País, porque há histórias muito tristes. Exposições que estão fechadas, um teatro muito bonito do qual eu assisti à inauguração em Manaus... Como é que o senhor sente o prejuízo que as políticas de Governo têm causado?

Presidente: Novamente temos que analisar a história brasileira. O Brasil tem quase 500 anos de descoberto e a produção cultural brasileira sempre foi muito rica, muito dinâmica. O que se

discute agora é um tipo de incentivo que foi dado há cinco anos à cultura brasileira, com uma lei do ex-presidente da República. Tudo se centra nisso. Eu me pergunto: e até há cinco anos atrás, como é que a cultura do Brasil se desenvolveu? De uma forma absolutamente correspondente com as necessidades. Acontece que essa lei, que teve a intenção de fomentar a cultura, o que fez na realidade foi fomentar cartórios e privilégios. Só uns poucos tinham acesso a esse incentivo, e portanto a esse tipo de assistência e de paternalismo do Estado, que filosoficamente não se coaduna com o nosso programa de Governo. E eram exatamente os «medalhões».

Minha família, historicamente, sempre foi muito ligada à cultura. Fui prefeito, fui governador e tive a oportunidade de demonstrar o meu apreço, o meu interesse pela cultura. Mas essa questão atingiu o nível de uma certa histeria que ficou muito acesa no decorrer da campanha eleitoral. A classe artística, e não foi somente ela, outros setores também, ficaram histéricos. Naturalmente, pelas paixões que foram desencadeadas na campanha política e com o processo de reformas que promovemos, essa histeria aumentou de intensidade.

A cultura não foi o único setor que deixou de ser incentivado. O Nordeste deixou de ser incentivado, a região Norte deixou de ser incentivada. É porque temos que fazer uma reavaliação de todos esses incentivos e dar a todos esses setores diretrizes e uma certa forma de apoio, mas sem que se caracterize a intervenção do Estado na produção cultural do País. Não quero uma cultura «chapa branca», não quero uma cultura oficial, nem vivendo de benesses do Governo. Temos que ter um outro enfoque para isso. Mas a discussão, os debates se sucedem de uma maneira apoplética, os artistas estão muito excitados — eles se excitam com muita facilidade — e fica difícil promovermos um debate lúcido, tranqüilo, conseqüente enquanto esse clima perdurar.

Aguardo que se desanuvie esse ambiente, que eles criem as condições necessárias para que possamos dialogar e encontrar as saídas, porque acho que uma das grandes conquistas do mundo civilizado foi exatamente deixar a solução dos seus problemas fora do campo de batalha, do enfrentamento pessoal, e trazê-la

a uma mesa onde possamos todos discutir de uma forma racional, madura e conseqüente.

Essa política de acusações não é uma coisa racional, não é civilizada, até porque eu não tenho nenhum interesse em destruir. O que eu estou fazendo é a construção de um novo País, e para essa construção é necessário que haja participação lúcida da classe artística, e não essa participação histórica, que não leva, efetivamente, a lugar algum.

Meio Ambiente

Jornalista: O senhor se empenha muito na privatização e na redução do papel do Estado. Mas existem áreas nas quais obviamente, o papel do Estado não pode ser descartado totalmente. A proteção ao meio ambiente é uma dessas áreas, e acho que muitos lá fora estão querendo alguma garantia de que o papel do Estado vai ser reforçado nesse sentido, que não vamos ter que esperar a atuação do setor privado brasileiro para cuidar do meio ambiente. Há também uma promessa que o senhor fez durante a campanha para enfrentar o problema habitacional. O senhor prometeu acho que 200 mil casas nos seus primeiros 180 dias de Governo. Como é que estão essas coisas?

Presidente: As 200 mil casas já estão cumpridas. Já assinamos convênio com várias prefeituras, dentro do Programa de Ação Imediata para a área habitacional. Já existem recursos que estão sendo liberados. De modo que, muito antes dos 180 dias, o nosso compromisso já foi resgatado na área habitacional — o que é muito pouco. Como está no próprio nome, trata-se de um programa de ação emergencial. Temos que construir milhões de casas para superarmos o déficit do setor habitacional.

No setor ambiental, a mesma coisa. A Amazônia tem 400 milhões de hectares e nós estávamos sofrendo um processo de devastação numa média de quatro milhões de hectares/ano. Desses 400 milhões de hectares, 40 milhões já estão devastados,

e o que estamos fazendo é uma ação rigorosíssima para evitar novas devastações e recuperarmos essas áreas. No mês passado, fui ao Sul do Pará, a Carajás, e aprovei um projeto de recuperação de 250km² de área, que serão reflorestados com a participação do Estado e da iniciativa privada.

Hoje, a Secretaria do Meio Ambiente está entregue a um homem que é Prêmio Nobel alternativo de ecologia, um homem que não somente tem esse compromisso como lema de vida, mas tem sua respeitabilidade avalizada e garantida em todos os foros internacionais em que se debata o assunto. Ele é tão importante que julgou conveniente, por exemplo, fazer uma carta ao Secretário do Meio Ambiente do Canadá, manifestando certas preocupações. Ele foge das suas obrigações específicas em relação ao Brasil porque é hoje um homem do mundo, uma figura mundial. Tenho muita confiança de que a ação que ele vem desenvolvendo surta efeitos num curto espaço de tempo.

O meu programa não prevê a ausência total do Estado do cotidiano da vida e da economia brasileira. A intervenção do Estado foi muito importante no passado para que construíssemos essa infra-estrutura de que hoje dispomos, a partir da qual alcançamos um nível de industrialização que hoje nos coloca entre as dez potências do mundo ocidental. Acontece que o momento hoje é outro. Essa fase passou. Agora temos que liberar à iniciativa privada essas áreas para que ela atue com mais eficiência do que o Estado, embora isso não signifique renúncia em relação a questões essenciais, que cabem ao Estado prover, no sentido de regras e diretrizes. E o meio ambiente é uma delas, sem dúvida.

Jornalista: Essa carta do Secretário Lutzenberger seria uma mostra de uma nova política do Brasil frente ao Canadá especificamente?

Presidente: Não. Ele manda essas correspondências porque ele e o senhor secretário do Meio Ambiente do Canadá são amigos. Conversam como dois amigos preocupados.

Jornalista: Mas o Brasil vai querer cobrar dos outros países...

Presidente: O Brasil não tem nada a cobrar nem nada a esconder no que tange à questão ecológica. O Brasil tem a oferecer sua participação, uma participação positiva. Nessa questão ecológica temos que deixar de lado os discursos estéreis, as acusações mútuas e partir para uma conversa em que objetivamente tratemos a maneira como cada um de nós pode colaborar com o seu vizinho para diminuir todos esses efeitos poluidores e danosos ao meio ambiente que vêm ocorrendo no mundo. É esse o sentido com que o Brasil participa da discussão.

Jornalista: Muito obrigado, Presidente.

Presidente: Eu que lhe agradeço.

*Entrevista concedida ao jornal canadense
The Globe and Mail por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Brasília, DF,
no dia 24 de agosto de 1990.*

Lançamento do Plano de Saúde Nordeste II

No decorrer da exposição feita pelo Ministro da Saúde, Dr. Alcení Guerra, um ponto me chamou a atenção. Quando referiu-se ao montante de recursos que seria destinado à região nordestina para a aplicação no setor saúde, mencionou o valor em cruzeiros. Constatado que pela primeira vez em muitos anos estamos podendo falar em moeda nacional, em cruzeiros. Antigamente falava-se em BTN, em dólar, em qualquer outro tipo de moeda, menos na moeda nacional. Quero fazer esse registro porque uma nação só pode ter seu moral elevado no momento em que tenha uma moeda e que essa moeda seja respeitada.

Nesses cinco meses de governo já conseguimos reconquistar não somente a confiança na moeda brasileira mas, sobretudo, no destino que está reservado a este grande país que é o nosso Brasil.

Outro ponto que chama a atenção de todos nós é o volume de recursos que estamos canalizando para o Nordeste e para Alagoas. Dada a sua magnitude, é difícil até mesmo para mim visualizar o volume desses recursos, assim como imagino que seja difícil para grande parte da minha gente aqui de Alagoas. Em breve esses recursos se traduzirão em fatos concretos para a melhoria de suas condições de vida no que tange a área da saúde. Mas deve ficar clara a noção de que o que fazemos é, efeti-

vamente, entregar o resultado do trabalho de todos vocês, expresso nos impostos que pagam direta ou indiretamente.

É este resultado, este investimento maciço na área da saúde aqui no Nordeste que me comprometi realizar nas praças públicas, na memorável campanha cívica que nos levou à Presidência da República pelos braços e pelas mãos dos pés descalços, dos descamisados, dos mais sofridos dos brasileiros e, sobretudo, dos alagoanos.

«Estamos lutando pela reconstrução nacional.»

Dois pontos me reconfortam hoje, ao verificar que podemos viabilizar esse grande volume de recursos para o Nordeste. Primeiro, a constatação de que parte desses recursos resulta de financiamento do Banco Mundial, financiamento que pode ser reconquistado pela respeitabilidade que o Brasil desfruta hoje externamente. Segundo, a de que outra parte importante dessa soma veio da profunda e abrangente reforma administrativa que estamos promovendo no Estado brasileiro, que nos tem possibilitado gerar recursos suficientes para atender às demandas e aos reclamos da área social.

Até há pouco era verdadeiramente impossível fazermos qualquer tipo de investimento na área social porque não dispúnhamos de recursos para isso, porque gastávamos a cada mês mais do que arrecadávamos. E como todos sabem, se no final do mês nós gastamos mais do que recebemos, teremos que buscar essa diferença de algum lugar: ou comprar fiado ou se endividar.

O Brasil não podia mais se endividar porque as taxas de juros que estavam sendo cobradas tornavam proibitivos os endividamentos. Por isso, precisávamos fazer esta reforma, diminuindo as despesas desnecessárias para podermos investir na área social, que é o setor que a população mais aspira. Esse esforço vem sendo feito na área da saúde e nas demais do Go-

verno Federal, inclusive no Ministério da Agricultura, cujo titular aqui está presente. Enfim, trata-se do resultado de um esforço coletivo, da determinação absoluta deste governo de prosseguir na sua toada, de prosseguir na sua caminhada, enfrentando todos os desafios, superando todos os obstáculos e armadilhas que se preparem. Sim, porque enquanto alguns lutam para defender os seus interesses pessoais ou de grupo, nós estamos lutando pela recuperação, pela reconstrução nacional. É um esforço que começou pelo lado ético, pela moralização da administração pública, dando seriedade, recuperando a autoridade das instituições deste País que tão debilitada estava. E tudo isso dentro dos estritos ditames de nossa Carta Constitucional, em obediência às decisões emanadas do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

«A Hidrelétrica de Xingó
é um compromisso inalienável
de meu governo.»

Esta, minha gente, é uma tarefa para muitos; não para alguns e muito menos para um Presidente, isoladamente. Nunca tive a menor dúvida de que para levarmos adiante esta grande empreitada será fundamental a mobilização da sociedade brasileira, para que, de mãos dadas, de corações enlaçados, de almas unidas, possamos pensar no futuro do nosso País, possamos dar um pouco do nosso esforço a favor da nossa Pátria, das nossas cores. E as nossas cores, como vocês sabem, são a verde, a amarela, a azul e a branca; esta é a bandeira que representa os nossos objetivos e as tradições de um país vocacionado para a paz, para o progresso e para o desenvolvimento. É esta bandeira que estamos respeitando — e estaremos, em cada um de nossos dias — para legitimar as nossas aspirações e alcançar nossos objetivos.

Senhor Governador do Estado, Moacir Andrade, e meu amigo Governador Antônio Carlos Valadares, do vizinho e ir-

mão Estado de Sergipe, há cerca de uma hora tivemos a oportunidade de assistir à cerimônia de liberação de cerca de 140 bilhões de cruzeiros, que marca de forma definitiva a retomada das obras da Hidrelétrica de Xingó.

Xingó é um compromisso inalienável meu e de meu governo. Xingó não mais irá sofrer solução de continuidade; Xingó não irá parar mais, até o momento em que estivermos acionando o funcionamento de sua primeira turbina, momento que marcará a redenção energética do Nordeste para a próxima década e para seu ingresso no ano 2000.

Temos, dentro da concepção da hidrelétrica, um projeto de extraordinário alcance e relevância para a população de nosso sertão, que é a irrigação do lago que se formará com Xingó e que beneficiará 20 mil hectares do Estado de Alagoas e 20 mil hectares do Estado de Sergipe. Estaremos criando, no final de 1992 e princípios de 1993, um novo pólo de desenvolvimento agrícola para o Nordeste, sem dúvida mais aperfeiçoado do que o projeto pioneiro de Petrolina e Juazeiro porque vamos buscar na sua experiência aquilo que foi feito de melhor. Esta iniciativa, que é também dos dois governadores, demonstra que, na prática, a presença do *Velho Chico* está servindo para aproximar as nossas economias, a nossa gente e o nosso desenvolvimento.

Desejo sinceramente que, até 1993, nós já possamos ver naquela região, ao invés da secura daqueles galhos torcidos pela inclemência do sol e da seca, o solo fertilizado pela água, dádiva de Deus, para dar comida a todos aqueles que precisam retirar da terra o alimento necessário para o seu sustento e o de sua família.

«Realizo o que me comprometo
a fazer.»

Referiu-se, também, o Governador Moacir Andrade, ao Hospital Geral de Alagoas. No dia 2 de outubro de 1989 aqui

foi lançada a idéia; há poucas semanas viemos e lançamos a pedra fundamental. O governador do Estado já está promovendo a devida concorrência pública que apontará a construtora que terá a incumbência de realizar esta obra dentro do curto prazo estipulado e com absoluta obediência às normas técnicas exigidas pela Secretaria de Saúde e pelo Ministério da Saúde deste Governo.

Aqueles que me conhecem sabem que eu não dou ponto sem nó, sabem que eu não sou de jogar conversa fora, aqueles que me conhecem sabem que aquilo que eu digo eu faço. Pode chover canivete. Sempre com as bênçãos de Deus e com a ajuda dele, eu estarei realizando tudo aquilo a que me comprometo fazer.

Portanto, quero garantir a todos vocês, à minha gente de Alagoas, do Nordeste do Brasil, que podem continuar anotando nos seus cadernos todas as palavras que pronuncio e podem me cobrar num futuro próximo se elas foram resgatadas com ações práticas ou não.

O Hospital Geral de Alagoas será uma realidade. E eu espero, Governador Moacir Andrade, estar aqui com o senhor para que antes do término do seu mandato possamos juntos inaugurar pelo menos a unidade de emergência daquele hospital.

«Vila Brejal: obra que vai me dar
satisfação triplicada.»

O Governador Moacir Andrade, ao final do seu discurso, tratou de uma ação que para mim é importante e que me sensibilizou profundamente. Refiro-me à Vila Brejal, à sofrida Vila Brejal. Refiro-me e agora remeto o meu pensamento para aqueles pés-desalços, descamisados, que nunca me faltaram com a sua confiança, que vivem da pesca, que vivem do sururu, atormentados, aqui e acolá, pelo sumiço do sururu, mercê da poluição criminosa que, em alguns momentos, ocorre naquela lagoa.

Relembro-me da construção do Conjunto Nossa Senhora Virgem dos Pobres, nome esse sugerido pelo Reverendíssimo Arcebispo de Maceió, do trabalho da Irmã Josefa, dos soldados da Polícia Militar, do Exército brasileiro e dos técnicos do Governo do Estado que construíram cerca de quatro mil casas num período recorde de quatro meses, com saneamento, água, luz, asfalto na porta, ônibus, quadra de esportes, igreja, a Nossa Senhora Virgem dos Pobres, onde, rezada pelo nosso Arcebispo Metropolitano, fui assistir à última missa como governador de Alagoas. Igreja que voltei, depois do primeiro turno das eleições, para junto com o Frei Damião podermos rezar uma outra missa, cumprindo uma promessa que havia feito.

O Governador Moacir Andrade, hoje, me dá essa notícia que me enche de emoção, que de hoje para amanhã estarão sendo iniciadas as obras de recuperação da Vila Brejal. Vamos fazer ainda melhor do que foi feito na Virgem dos Pobres, porque contamos com mais tempo para realizar a obra, com a participação do prefeito de Maceió, meu companheiro João Sampaio, e de todos aqueles do Ministério da Ação Social, cuja titular é uma alagoana, a Dra. Margarida Procópio, que já liberou os recursos para que o Chefe do Poder Executivo estadual pudesse dar início a essas obras, cuja importância bem podem avaliar aqueles que são de Maceió e de Alagoas. Essa será uma obra, governador, que vai me dar uma satisfação triplicada. Faço questão de aqui voltar tantas vezes quanto possível, mas quero dedicar uma das minhas viagens especialmente para a inauguração do novo bairro que vai surgir onde hoje é a nossa sofrida Vila Brejal, dando dignidade e melhores condições de vida e, sobretudo, de respeito ao cidadão.

Portanto, com essas palavras, autoridades aqui presentes, e minha gente de Alagoas, eu me despeço mais uma vez de vocês dizendo que nas eleições que se aproximam, todos nós precisamos votar de uma forma consciente, de uma maneira absolutamente correta, de conformidade com os interesses deste estado.

E eu faria uma reflexão. Minha gente, vocês têm um Presidente da República que governa em Brasília com os senhores e com deputados federais. O Presidente da República precisa do apoio de deputados federais e de senadores para bem conduzir

os destinos do País, e eu tenho certeza de que Alagoas não me criará esse embaraço. Alagoas que já deu um filho Presidente da República, vai dar a este filho deputados federais e senadores que estejam afinados com a sua política. Isso é fundamental para que nós continuemos a direcionar recursos para todas as áreas mais sofridas do nosso País, particularmente do Nordeste, e especificamente de Alagoas.

É fundamental, portanto, e é este o pedido que eu lhes faço, se é que eu posso merecer esse atendimento de cada um de vocês, o de que na hora em que forem depositar o seu voto na urna pensem se aquele deputado, se aquele senador não vai hostilizar o Presidente da República lá em Brasília, a ponto de prejudicar o serviço que ele está fazendo em favor dos mais necessitados, sobretudo aqui em Alagoas. Eu pediria a vocês que a bancada que fosse para Brasília fosse uma bancada que somasse esforços conosco, uma bancada com a qual eu pudesse caminhar de mãos dadas para trazermos definitivamente a re-denção social para o Nordeste e para Alagoas.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião do lançamento do Plano de Saúde
Nordeste II, em Maceió, Alagoas,
no dia 29 de agosto de 1990.*

I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-Açúcar

É com grande satisfação que volto hoje a Maceió, ao meu Estado das Alagoas, para participar da abertura do I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-Açúcar.

Volto a esta terra, onde estão fincadas as minhas raízes familiares, para tratar de tema que está na origem da história e do desenvolvimento do Brasil. Depois do ciclo meramente extrativo do pau-brasil, a implantação da cana-de-açúcar abriu a primeira etapa verdadeiramente produtiva, desta então colônia de Portugal.

Alagoas foi palco destacado da demonstração pioneira do talento da gente brasileira para trabalhar e para criar riqueza. O próprio nascer de Maceió está associado ao funcionamento de um engenho. Ao longo dos últimos séculos mudou o Brasil e mudaram as Alagoas. O cultivo e a industrialização da cana continuou, no entanto, a desempenhar papel primordial na vida deste Estado e desta região.

Conheço a economia da cana-de-açúcar e seus desdobramentos no dia-a-dia da população alagoana e nordestina. Dedi-quei e continuo dedicando anos da minha vida, felizes anos da minha vida ao serviço das Alagoas. Fui prefeito de Maceió e depois deputado federal eleito pelos alagoanos.

Como administrador da capital, dei prioridade ao crescimento e diversificação das oportunidades de emprego e investimento, à nascente indústria do turismo e à urbanização para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Especialmente dos descamisados, dos pés descalços e dos mais pobres.

Como parlamentar defendi, entre as muitas causas que abracei, como a da «Diretas Já», o saneamento e o conseqüente fortalecimento da indústria do açúcar e do álcool. Ao final de meu mandato no Congresso, o povo me escolheu para governador do Estado. Trabalhei com afinco, com determinação e com coragem. Com a ajuda de Deus, fiz de minha atuação aqui o início de uma cruzada pela moralização e pelo progresso, que, no ano passado, o povo brasileiro resolveu estender a toda a Nação.

Antes de tratar especificamente dos temas deste encontro, gostaria de dar-lhes uma palavra, que é, antes de mais nada, a afirmação continuada de minha fidelidade ao Nordeste. É no plano maior do desenvolvimento regional que se inserem as questões de economia do álcool e do açúcar.

Há que tratar dos problemas gerais, para que o foco da economia da cana seja correto e adequado. Por isto, serão levadas à Sudene, depois de amanhã, as diretrizes de ação governamental para o desenvolvimento do Nordeste de 1991 até o ano 2000, que darão bases novas para o crescimento e a modernização da nossa região.

Os esforços do Governo Federal em favor da região nordestina não têm logrado os resultados plenos a que sempre se aspira. As causas dessas limitações são várias. Entretanto, uma delas, que se destaca de forma dramática, é a incapacidade de coordenação das medidas e atividades colocadas em prática dentro da própria administração federal e a interligação com a programação dos estados e municípios.

Além da limitação quantitativa de recursos, há ainda a restrição do impacto das ações, devido a um desentrosamento que leva a paralelismos, a desperdícios e à falta de eficiência.

O meu governo deverá efetivar a coordenação de ações na região, elaborando e controlando a execução de um programa

de aplicações de todos os organismos sob seu controle. Desta forma, será possível conseguir o que até hoje não se fez, ou seja, direcionar as ações práticas de cada entidade federal no mesmo sentido, obedecendo às diretrizes traçadas pela Presidência da República. Pretende-se aumentar o impacto da atuação federal, pelo efeito multiplicador, consequência dessa integração.

A dinamização da economia nordestina também está a exigir mudanças substanciais do papel do Estado. As reformas monetária e administrativa, a reformulação da política industrial e agrícola, bem como o programa de desregulamentação, estão delineando o perfil de um Estado menos intervencionista na atividade produtiva.

O padrão de atuação no processo de desenvolvimento nordestino deverá adaptar-se a esta nova realidade, já que se pretende para o Nordeste o mesmo que se deseja para o Brasil como um todo: a modernização da economia e da sociedade, em bases sólidas e independentes do artificialismo vulnerável e onipresente do próprio Estado.

Esta, no entanto, é apenas uma dimensão da ação governamental. O Governo Federal, pela Presidência da República, proporá, como disse ainda essa semana, aos governos estaduais e municipais de toda a região, uma efetiva e abrangente integração na formulação e execução dos seus planos de trabalho, em conformidade com as determinações constitucionais.

«A atuação federal no Nordeste terá
como marco referencial a consolidação
de uma economia competitiva.»

Os nossos esforços visando a um objetivo comum de progresso econômico e social da região serão mais eficazes se conseguirmos esta imprescindível integração das ações e investimentos públicos.

Programas e projetos de difícil viabilidade por sua concepção isolada, por exemplo, podem tornar-se factíveis e com maior alcance quando contam com a soma dos esforços de todas as partes envolvidas, seja na esfera do setor público, seja de parte do setor privado.

A atuação federal na região terá como marco referencial a consolidação de uma economia competitiva, firmemente calcada sobre suas potencialidades, que asseguram vantagens comparativas, verticalização produtiva e adequação às suas características e seu meio ambiente.

Para tanto o Governo dispõe de instrumentos de atuação direta por intermédio dos diversos Ministérios; esta fonte de recursos do Tesouro deverá alcançar no corrente exercício um montante aproximado de 172 bilhões de cruzeiros, somente em investimentos, aos quais se adicionam outros 148 bilhões de cruzeiros programados pelas empresas estatais.

Por outro lado, os bancos oficiais aplicarão neste ano 243 bilhões de cruzeiros em linhas de crédito abertas em conformidade com prioridades estabelecidas e permanentemente avaliadas e reavaliadas pelo Governo. Além desses recursos, naturalmente, a União procederá às transferências constitucionais da ordem de 489 bilhões de cruzeiros em favor dos estados e municípios da região.

A atuação indireta com instrumentos de política econômica envolvendo tributação, câmbio, financiamentos, bem como estímulos à exportação, à capacitação tecnológica, às aquisições governamentais, e à pesquisa básica, constituem uma poderosa alavanca, não dimensionada monetariamente, porém fundamental para a condução da política federal de ações no Nordeste com vistas à promoção do estilo de desenvolvimento que estamos propondo.

Em síntese, consciente e atento à peculiaridade da questão nordestina, estou coordenando a atuação das unidades federais, de modo a integrar suas atividades e orientá-las pelas diretrizes que traçamos, consubstanciando, assim, uma autêntica atuação programada de Governo.

É fundamentalmente uma proposta singela a que apresento à Nação, unindo esforços de todas as instâncias do poder público para, em conjunto com a iniciativa privada, revitalizar a economia da nossa região, de maneira a obter uma distribuição de renda nacional menos concentrada setorial e regionalmente, e socialmente mais justa.

Senhoras e senhores, os organizadores deste encontro escolheram um local privilegiado para sediá-lo; aqui podem os participantes conviver com a realidade sócio-econômica onde a cana-de-açúcar tem peso essencial, com a realidade humana que deve ganhar com a atualização e com o aprimoramento das atividades vinculadas ao setor.

Tal como a paisagem das Alagoas, o momento em que vivemos deve inspirar e desafiar os especialistas do Brasil e de outros países aqui presentes. Nestes últimos dias, fatos amplamente conhecidos fizeram com que se aguçasse a percepção da importância das discussões que aqui irão ocorrer. Estou seguro de que em seus trabalhos os senhores saberão combinar a criatividade e o realismo, a ousadia e o cuidado, o desejo de servir à ciência e a vontade de atender às necessidades mais urgentes do homem.

A aspiração maior do povo brasileiro é o desenvolvimento nacional, a justiça social e a paz mundial. Desejamos todos viver numa sociedade próspera e justa, onde cada cidadão possa contribuir com o melhor de suas aptidões. Para tanto, teremos de criar uma economia forte, moderna, e capaz de servir de base a uma nação em que haja oportunidades para todos.

Não pode haver crescimento econômico sem uma infraestrutura extensa e diversificada no setor energético. É preciso energia para fazer funcionar as fábricas, as lojas, os escritórios, os hospitais, iluminar as ruas, as escolas, e para proporcionar uma vida mais segura e confortável no lar.

Ao longo dos últimos anos, a crise econômica em que esteve imerso o País gerou grave insuficiência de investimentos no setor. Os problemas conjunturais absorviam atenções e recursos e desviavam os cuidados dos administradores das necessidades de mais longo prazo. Agora, ironicamente, é a própria conjun-

tura que nos vem recordar a necessidade de nos ocuparmos imediatamente do futuro da questão energética no Brasil.

«A crise no Oriente Médio traz de volta ao centro das atenções a questão da matriz energética de nossa economia.»

A presente crise no Oriente Médio trouxe grave instabilidade ao cenário global. O Brasil quer um mundo de paz, um mundo fundado na mais estrita obediência ao direito internacional. Sabemos que ao longo da história não foram poucas as violações desse conjunto de regras e sempre as condenamos, mas o descumprimento anterior não pode, em nenhum momento, servir de argumento para as novas transgressões.

As crises, como a que hoje vivemos, servem para demonstrar que a paz universal não é apenas um ideal. É, acima de tudo, uma necessidade dos homens, um requisito indispensável para a realização integral do progresso e do bem-estar na terra.

O Brasil participa deste momento de tensão vivido pela comunidade internacional e cumprirá à risca as obrigações decorrentes das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas desejando vivamente que a atual crise seja superada sem que se empreguem os recursos bélicos que se vêm acumulando naquela região desde o início deste mês.

Independente de qualquer análise, o mais importante para o Brasil é avaliar com clareza as consequências para nossa economia de situações internacionais desse gênero. Teremos de enfrentá-las e de contornar seus efeitos. Embora esperemos que o bom senso prevaleça, não podemos deixar de contemplar os cenários mais pessimistas. É dever do Governo sensível e prudente não afastar qualquer possibilidade, nem desprezar as lições que este evento nos dá. A situação, como todos nós sabemos, é de extrema gravidade.

A crise no Oriente Médio traz de volta ao centro das atenções a questão da matriz energética de nossa economia. O Brasil tem uma dependência energética da ordem de 15% do consumo — no caso do petróleo, a dependência é ainda de aproximadamente 50% — e só isto já exige a adoção de medidas.

As chamadas crises do petróleo ocorridas nos anos 70 despertaram à época preocupações sem precedentes com a continuidade e segurança dos fluxos de abastecimento de óleo, com o preço do produto no mercado internacional e com a própria idéia de que as reservas mundiais de combustíveis fósseis não são inesgotáveis.

Em 1973, cada país reagiu como pôde à surpresa causada pela ação da OPEP. Poupar petróleo, ampliar a exploração de reservas nacionais, desenvolver tecnologias que permitissem seu emprego com maior eficiência e buscar fontes alternativas tornaram-se palavras de ordem. Houve avanços importantes em todas essas direções, muitos incorporados definitivamente à realidade da economia global.

Com o passar dos anos, especialmente na segunda metade da década de 80, os temores da crise foram sendo esquecidos, ou, pelo menos, deixaram de ter a prioridade conferida no decênio precedente. O preço internacional do produto estabilizou-se num nível suficientemente baixo para retirar o sentido de urgência aos esforços que se vinham realizando para substituir ou diminuir o uso de derivados de petróleo em diversas atividades e setores.

O Brasil foi capaz de reagir com força criativa à crise energética do início dos anos 70. Nossa reação assumiu duas formas principais: o aumento da prospecção e exploração de petróleo no território brasileiro e em nossa plataforma submarina; e a concepção e implantação do Programa Nacional do Alcool.

Para ambos esforços, bem-sucedidos, mobilizamos enorme volume de recursos humanos, materiais e científicos. Em nenhum momento recente chegou-se a cogitar de abandonar o muito que se conseguiu fazer. A verdade, no entanto, é que o preço relativamente baixo do petróleo no mercado internacional incentivou o aparecimento de posições críticas em relação à política energética do País, particularmente ao chamado Proálcool.

«O Proálcool tem desdobramentos importantes na área social.»

Eu mesmo fui um crítico de certos aspectos do programa. Compartilhei das dúvidas que se formaram a propósito dos elevados custos da produção e das agudas deficiências no abastecimento dos veículos a álcool. Além disso, sempre me molestaram profundamente os efeitos do programa na agricultura nacional, sobretudo no deslocamento das culturas de alimentos para áreas mais distantes e menos férteis, bem como os danos causados ao meio ambiente pela extensão indiscriminada dos espaços de cultivo e pela ação poluidora de algumas unidades industriais. Outro limite, que espero momentâneo, do álcool é que não substitui o diesel.

É claro que, em avaliação equilibrada, deve-se considerar os aspectos positivos do Programa do Alcool. Este combustível contribui, de forma significativa, para a melhoria da qualidade do ar nas grandes metrópoles. Outro dado, agora ainda mais significativo, é o de que, embora represente apenas 4% da matriz energética nacional, o álcool tem um papel estratégico fundamental pois expressa a melhor alternativa de combustível líquido aos derivados de petróleo. O Proálcool tem desdobramentos importantes na área social como gerador de empregos com baixo nível de investimento, embora o atendimento ao trabalhador rural precise melhorar bastante. Com verdadeira vocação de abrir espaços nesta atividade econômica, deu oportunidades para mais de 65 mil fornecedores de cana do País e para cooperativas de produtores implantarem boa parte das novas destilarias.

Quanto à busca da redução da dependência do petróleo importado, liderada pela ação da PETROBRÁS, jamais deixei que minha justificada preocupação com algumas distorções na empresa e no setor fosse confundida com o questionamento daquela meta essencial. Sempre tive presente que se trata de procurar vencer um quadro no qual continuamente esteve envolvida a destinação de grandes volumes de divisas e também a ameaça de

crises alheias ao nosso controle, como a que agora nós estamos vivenciando.

O chamado segundo choque do petróleo, deflagrado com a Revolução Iraniana em 1979, teve conseqüências para a economia internacional que acabaram por fazer dos anos 80 a «década perdida» a que se referem numerosos cientistas sociais quando falam do Brasil e dos demais países da América Latina. Entre nós, a confluência deletéria de situações inflacionárias e recessivas afetou duramente os investimentos no setor energético. Deveríamos ter aumentado com maior velocidade a produção nacional de petróleo. Deveríamos ter buscado aperfeiçoar e racionalizar o Programa do Alcool. Deveríamos também ter investido mais em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias que permitissem emprego mais intenso de fontes alternativas de energia.

Isso é o que deveria ter sido feito, mas não foi. Não foi, principalmente, em função da crise econômica em que o País se achava mergulhado há mais de 10 anos. Cabe a nós corrigir.

«A questão energética está
a demandar, há muito, decisões
e mudanças abrangentes.»

O Governo que se instalou democraticamente no último dia 15 de março, veio para tirar, e haverá de tirar, o País da crise. Não podíamos fazer isso sem controlar a inflação, que já conseguimos fazer baixar dos 90% para cerca de 10% mensais.

Esses resultados são mais do que simples êxitos numéricos. Na verdade, na luta contra a inflação, muda-se a própria natureza da estratégia, e dois tabus estão sendo e serão quebrados: o primeiro dele dizia que só se poderia conter a inflação com controle de preços. Os resultados foram obtidos com a maior liberalização de preços que já houve na economia brasileira. O segundo prescrevia que, sem contenção de tarifas, o combate à inflação seria frustrado. A contenção não será praticada; ao con-

trário, caminhamos prudentemente para a plena realidade tarifária, única base sólida para a construção de empresas estatais e privadas eficientes e competitivas. E, de forma gradual, atentos às defasagens históricas, reconstruiremos as tarifas brasileiras, o que terá, sem dúvida, impacto decisivo na capacidade de investimento e renovação do setor energético.

Contido o fenômeno inflacionário, recuperada a confiança do povo, dos empresários e dos trabalhadores, em seus governantes e no futuro do País, estão criadas as condições preliminares para a obra de reconstrução nacional que me propus liberar.

A redefinição e a atualização da matriz energética do Brasil são aspectos absolutamente essenciais dessa obra. Como em toda empreitada, surgem problemas inesperados que desafiam a engenhosidade e, sobretudo, a determinação de seus autores.

A crise no Golfo Pérsico não figurava nas nossas previsões, tampouco nas previsões da comunidade internacional. Ao contrário, o mundo celebrava o aparecimento de um horizonte cada vez mais concreto de paz universal. Em certo sentido, os acontecimentos vieram testar esse novo modelo de convivência entre as principais potências do mundo.

Para nós brasileiros, a presente crise vem exigir maior urgência de um trabalho que tínhamos de fazer de qualquer forma. A questão energética está a demandar, há muito, decisões e mudanças abrangentes que nos permitam, neste campo, avançar para o futuro sem maiores preocupações. Assim, apesar de absolutamente lamentável, o espectro de um conflito armado entre povos com os quais mantemos relações diplomáticas gera para nós um forte estímulo para que possamos, uma vez mais, provar a nossa capacidade de fazer das situações adversas verdadeiros trampolins para os saltos qualitativos que teremos de dar na trajetória rumo ao desenvolvimento, à solidariedade entre os povos, à justiça social e à paz mundial.

Neste momento, o País está procurando identificar fontes alternativas de suplementação de seu abastecimento de petróleo. Tem ativado, com absoluto sucesso, negociações com países vizinhos e outros produtores. Nossa obediência rigorosa às resoluções do Conselho de Segurança impõe que façamos tal esforço

nesta hora. O acordo para implementação do Programa de Integração Energética, na utilização do gás natural, firmado, por exemplo, há dias quando da visita do Presidente da Bolívia, embora não disponha especificamente sobre petróleo, tem o sentido de fazer com que a aproximação entre as nações da América do Sul atenda às necessidades prioritárias de nossas respectivas economias. A hidrelétrica de Itaipu foi marco fundamental nessa soma de esforços com nações do continente no campo da energia, como é o caso de alguns projetos constantes do processo de integração com a irmã República da Argentina.

Quero aproveitar minha presença neste seminário, dedicado à energia produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar, para deixar algumas mensagens aos dignos participantes e a toda a nação brasileira.

Em primeiro lugar, saibam que atribuo a mais alta importância aos trabalhos levados adiante neste evento. É do mais alto interesse, por exemplo, o que se pode fazer em termos do uso cada vez mais eficaz da cana-de-açúcar para a geração simultânea de álcool e de energia, em usinas dotadas de meios adequados para queima do bagaço e sua transformação em eletricidade.

«O Proálcool é um patrimônio
do Brasil.»

O momento pede uma reflexão nacional sobre o Proálcool que não pode prescindir do concurso de especialistas dos diversos campos envolvidos. O programa é um patrimônio do Brasil, uma prova concreta do que somos capazes de fazer, uma realização que temos de adaptar e aprimorar para que sirva cada vez mais aos seus objetivos da melhor maneira possível. Neste momento, dois parâmetros são absolutamente indispensáveis: o respeito ao meio ambiente, incluídas as características originais dos diversos ecossistemas de nosso território; e o cuidado prioritário com a saúde e o bem-estar tanto do trabalhador diretamente en-

gajado na produção, como de todos os brasileiros que desejam de nossa agricultura gêneros alimentícios mais baratos e de melhor qualidade. O aumento da produção de cana, estagnado há quatro anos no patamar de 220 milhões de toneladas anuais, deve ser obtido prioritariamente com a elevação do rendimento agrícola, e não necessariamente com a expansão da área cultivada.

Um dos elementos centrais da realização dessa etapa do programa, que há de ser qualificado por novos padrões de racionalidade, é o da utilização da cana em processos de geração de energia elétrica nas usinas e destilarias, como já dissemos, que pode significar aumento expressivo da capacidade nacional instalada, com custos reduzidos. Quanto às repercussões do programa no campo da economia agropecuária, é necessário que a produção de alimentos outros que não o açúcar na zona canavieira do Nordeste mereça atenção para que, numa região carente de solos úmidos, seja possível reduzir a importação de alimentos básicos. Ao lado da diversificação agrícola a ser obtida pela otimização do uso do solo, o aproveitamento de resíduos da cana servirá à produção de carne e leite, atividade que melhorará o suprimento de proteínas animais à nossa população carente.

É fundamental que, na avaliação de como prosseguir com o Proálcool, fiquem perfeitamente equilibradas as dimensões políticas e econômicas do programa. A sociedade sabe que tem, agora, um governo responsável e atento às suas obrigações. Neste sentido, deixo claro que o programa continuará, para atender às necessidades de consumo de álcool que foram estimuladas em anos passados. Seria fraudar expectativas da população brasileira se agisse de forma diferente.

Além disso, com a crise do Golfo, a importância estratégica do Proálcool também se fortalece. À margem das injunções da conjuntura, o programa deve estar orientado para atingir, crescentemente, condições de plena viabilidade econômica. Estimularei o reforço da experiência e da pesquisa, que permitam o aumento de produtividade e de ampliação das formas da utilização da cana e de seus subprodutos. O Governo e a sociedade devem ter uma visão positiva do Proálcool; o programa não se

esgotou. Ao contrário, ele entra em momento de inflexão decisiva, em que buscará afirmar-se não simplesmente como precária solução de emergência para uma crise conjuntural, mas como fonte de energia, economicamente viável e ecologicamente saudável, para todo o povo brasileiro.

Em termos da produção nacional de petróleo, confirma-se a necessidade de caminharmos a passos largos para a redução da dependência externa e para o aproveitamento e uso adequado do gás natural. A PETROBRÁS tem um acervo impressionante e até histórico de realizações nessa cruzada. É preciso que preservemos o que já se fez e que façamos ainda mais nessa direção. Iremos, assim, senhoras e senhores, viabilizar os maciços investimentos que se fazem necessários realizar pela PETROBRÁS na obra de prospecção e de produção de petróleo.

«A sociedade brasileira deve
fazer um rigoroso esforço
de conservação de energia.»

No que tange ao setor hidrelétrico, recordo-me que fui recentemente a Xingó para assinalar a minha decisão de reiniciar as suas obras porque, desta maneira, estávamos dando um passo decisivo para banirmos da região o espectro do racionamento e da falta de luz. Agora, com a assinatura do contrato, no valor de cerca de 137 bilhões de cruzeiros, para o prosseguimento das obras da represa, fica assegurado que o esforço se completará e estarão criadas as condições para a modernização regional.

Xingó não irá parar mais, e será concluída e inaugurada ao final do meu período de Governo, como Presidente da República Federativa do Brasil.

Cabe também menção ao carvão mineral, que requer programas mais racionais e abrangentes de utilização.

Quero, agora, por fim, fazer um apelo ao consumidor, à população brasileira. Tal como no combate eficaz à inflação tiveram papel fundamental a austeridade e o ato saudável de pechinar, também na contenção dos preços dos derivados de petróleo será vital poupar combustível; usá-lo racionalmente. Não podemos deixar que um consumo descontrolado venha somar-se à alta dos preços do petróleo lá fora como fator de aumento aqui dentro. Poupar combustível, usando-o com racionalidade não haverá racionamento para o mercado interno, mas é necessário poupar, é necessário racionalizar o seu uso de modo a que nós possamos manter os preços dos derivados de petróleo a um nível tal que não venha a pesar demasiadamente no bolso do consumidor brasileiro. Para isso é fundamental a participação de todos, visando não somente ao desperdício, mas, o uso racional, do combustível, como também da energia. Evitem deixar a luz acesa, o ar condicionado ligado, a televisão acesa, no momento em que não a estejam assistindo. Evitem sair com o carro para ir ao trabalho, utilizem o transporte solidário, os transportes coletivos, enfim, participem todos desta cruzada para que nós possamos enfrentar esta crise e sairmos dela vitoriosos.

A sociedade brasileira deve fazer um vigoroso esforço de conservação de energia. O trabalhador, o empresário, o estudante, o industrial, a dona de casa, todos os cidadãos precisam economizar energia na produção, na utilização dada na vida cotidiana, e precisam ter esse objetivo em mente na concepção dos aparelhos, das instalações, dos métodos de trabalho. O meu governo está empenhado em fazer a sua parte, tanto no ato de poupar energia, quanto como no incentivo a que toda a população faça o mesmo.

Senhoras e Senhores,

Minha gente,

Nas democracias é a nação que dirige os seus próprios destinos. Ao governo, compete liderar a sociedade de acordo com as linhas ditadas livremente pela vontade popular. Vivemos hoje no Brasil um momento positivo. Participamos todos da implementação de um programa econômico que está dando certo. Os percalços que encontrarmos no caminho, mesmo os mais inespe-

rados, deverão servir para tornar ainda mais forte a coesão nacional e a determinação de superá-los. Só há motivos para que estejamos esperançosos e, mesmo, confiantes em relação ao futuro do País. Nosso ânimo é o de construir, o nosso ânimo é o de vencer.

Somos por natureza uma gente munida de fé. Jamais recuamos e este Governo, especificamente, jamais recuará, diante das dificuldades. A luta pelo desenvolvimento nacional com justiça social é uma causa que empolga a todos nós brasileiros. Estamos firmes, minha gente, trabalhando por um Brasil novo, um Brasil melhor, sem dúvida nenhuma, para todos nós. E Deus está nos ajudando. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no I Encontro Internacional de Energia da
Cana-de-Açúcar, em Maceió, Alagoas,
no dia 29 de agosto de 1990.*

Cerimônia de Entrega de Prêmios da Revista *Exame*

Quero, desde já, prestar minha homenagem mais respeitosa à memória do empresário Victor Civita, cuja falta nos entristece a todos. Sua vida deixa ao Brasil uma lição de trabalho inteligente e corajoso, um exemplo de fé no destino do País.

Victor Civita chegou ao Brasil no ano em que nasci. Para um brasileiro de minha geração, é difícil imaginar o dia-a-dia de criança, de adolescente e de adulto sem ver nas bancas as publicações que ele criou. Elas são parte de nossa vida coletiva, ajudaram a formar pessoas e a transformar, para melhor, a sociedade. Elas democratizaram o acesso a bens culturais antes reservados às elites. Victor Civita preocupava-se intensamente com o fato de que os brasileiros liam pouco; infelizmente isso ainda é verdade: muitos não sabem ler, e o hábito da leitura precisa ainda desenvolver-se entre nós. Graças ao seu trabalho, no entanto, grandes passos foram dados, e o seu legado concreto — nas empresas e na fundação que leva o seu nome — dará contribuição cada vez maior.

O Brasil deve muito a homens de sua índole, deve e precisa de outros com a mesma força de vontade e a mesma confiança no futuro; homens que, como notou o filho Roberto, não conheçam a palavra «impossível». Precisamos de gente cuja con-

fiança não se limite ao otimismo na espera, mas que se realize no empenho de fazer.

Identifico-me profundamente com a sua idéia de que são os cidadãos que constroem uma sociedade, não os governos. O meu governo está liderando o esforço de conscientização nacional nesse sentido. Temos de fazer uso de nossas energias pessoais e da liberdade que conquistamos. Não foi em vão a luta de brasileiros, como ele, contra a censura, a desinformação e os privilégios injustificados. A civilização ocidental consagra a renovação pela crítica responsável e construtiva. Nunca mais haveremos de sucumbir à tentação das enganosas vantagens da imposição do silêncio e do consenso artificiais. A livre iniciativa do cidadão, do trabalhador e do empresário, em estrita observância à lei, é o único caminho para o progresso e para o bem-estar da maioria. Victor Civita ajudou com a sua vida a demonstrar essa verdade.

Sua ousadia ficou muito clara na decisão de lançar a revista *Quatro Rodas* num país em que a indústria automobilística era ainda embrionária, de publicar mapas rodoviários num país em que as estradas eram poucas e precárias. Ele estava à frente de seu tempo, participando da construção do dia seguinte. Ele estava também à frente do Governo, como se viu no episódio pitoresco em que, como resposta a pedido de informação que fizera, um funcionário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem puxou da gaveta mapas editados pelo próprio, na *Quatro Rodas*.

Todos temos a aprender com a «Saudação ao Novo Dia» que ele lia habitualmente antes de iniciar suas jornadas de dedicação e criatividade:

«Olhe para este dia,
pois ele é a vida.
No seu curso rápido
estão todas as verdades
e realidades de sua existência:
a bênção do crescimento,
a glória da ação

o esplendor da beleza.
Pois ontem não passa de um sonho.
e o amanhã é apenas uma visão.
Mas o hoje bem vivido
torna todo ontem um sonho de felicidade
e todo amanhã uma visão de esperança.
Olhe bem então para este dia.»

«É preciso coragem para mudar.»

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que participo deste ato de reconhecimento do vigor da empresa privada no Brasil. Sinto-me feliz pela oportunidade de vir a São Paulo para expressar o meu apreço e admiração pelo povo deste estado e desta cidade que tanto tem contribuído para o progresso do Brasil e para o meu Projeto de Reconstrução Nacional, que tem como um de seus pilares a confiança no talento e na determinação dos trabalhadores e empresários do setor privado de nossa economia.

Historicamente, esse setor tem sabido fazer das crises um estímulo às grandes realizações. Não é por acaso que momentos decisivos de nosso processo de industrialização coincidem com períodos de dificuldades, por vezes agudas. O moderno parque produtivo paulista nasceu, em certa medida, com a crise do ciclo cafeeiro, quando as dificuldades cambiais da década de 30 transformam-se em impulso para os primeiros passos da industrialização pela via da substituição de importações.

O sentido básico do programa de governo que começamos a implantar a partir de 15 de março é o de permitir que a liberação das forças de mercado seja propulsora do salto que temos de dar para alcançarmos o pleno desenvolvimento de nossas potencialidades.

É preciso coragem para mudar; coragem para conceber fórmulas realmente inovadoras e coragem para implementá-las contra as naturais resistências de interesses e costumes estabelecidos. O nosso Plano de Modernização da Economia, aprovado nas eleições presidenciais, vai muito além de um esforço de estabilização. Trata-se, isto sim, de um projeto amplo e articulado, que pretende atingir a própria essência da atividade econômica, mudando-lhe as estruturas e os hábitos. A estabilização é, antes de tudo, um requisito para a recuperação do crescimento econômico, não um crescimento qualquer, mas com eficiência e competitividade, com justiça social e diminuição das desigualdades regionais.

Temos de deixar de ser uma economia de mercado a medias. É preciso abandonar o antigo vício: aos amigos, a proteção e o favorecimento; aos neutros e aos inimigos, as duras leis do mercado. Economia de mercado, ou é ou não é; e certamente não pode ser apenas quando convém.

Estamos estabelecendo novas relações entre Governo e empresariado, fundadas em diálogo maduro, que extirpará as teias dos favores do clientelismo.

O empresariado brasileiro tem demonstrado ao longo dos anos que sabe ser sério, eficaz e criativo. O País tem uma classe empresarial capaz de competir com o que há de melhor em todo o mundo. A sociedade sabe disso, a comunidade internacional também o sabe. Não há motivo para que nossos empresários vejam com receio a abertura de nossa economia e sua maior exposição gradativa à concorrência externa. O mesmo vale para os trabalhadores, tão bons e dedicados quanto seus colegas de outras nacionalidades.

A pressão da concorrência internacional deve acelerar a modernização de uma economia que gerou certos nichos de ineficácia e obsolescência, encobertos por práticas cartoriais e protecionistas. A competição revela os pontos fortes e fracos da economia. Com o diagnóstico correto, lastreado apenas na realidade transparente dos fatos, poderemos agir para fortalecer definitivamente o conjunto.

O mundo não pode ser encarado como um ambiente hostil e adverso que nos ameaça. O papel brasileiro nos processos in-

ternacionais é o da busca permanente das condições da paz mundial; não por um devaneio qualquer, mas porque sabemos que aí está o lastro político real do desenvolvimento equilibrado das nações. A paz é condição para que as bases do crescimento se estabilizem e para evitar que os distúrbios localizados vulnerem os requisitos de uma interdependência positiva. Dificuldades conjunturais como as que agora afetam a situação energética, em razão do conflito no Golfo Pérsico, podem exigir ajustes e reavaliações. Não de encontrar, porém, no Brasil, um governo alerta, obstinado e dedicado a minorar os impactos negativos da conjuntura internacional sobre a economia interna.

«É imperativo privatizar a economia
e desprivatizar o Estado.»

Uma economia sólida requer, cada vez mais, a incorporação do progresso técnico e o fim de algumas distorções de mercado. A competição é catalisador vital dessas transformações. Nossas empresas devem investir crescentemente em pesquisa tecnológica, em conhecimento e em formação de recursos humanos. O Governo estará lançando programa de estímulos e incentivos para dar condições de capacitação tecnológica à empresa, estabelecendo novos padrões de interação entre a universidade e a iniciativa privada. Com a orientação governamental, será possível dirigir a pesquisa científica e tecnológica aos interesses do setor produtivo.

Nosso mercado deve acabar com certas inclinações monopolistas e oligopolistas, com a tradição deletéria do lucro indevido. A liberdade de preços e salários tem de estar associada à aceitação de que as margens de lucro não podem ser fixas e garantidas. A empresa brasileira não pode continuar a ter as taxas de rendimentos mais altas do mundo. A negociação tem que ser, como já está sendo, incorporada ao dia-a-dia da classe empresarial brasileira.

É imperativo privatizar a economia e desprivatizar o Estado, que não existe para manter privilégios de uns poucos, e sim

para servir aos interesses e necessidades da sociedade como um todo, assistindo os mais desprotegidos. No mesmo rumo deve seguir o mercado. Para isso tomamos a iniciativa de pôr em funcionamento — até seu exame e, esperamos, aprovação pelo Congresso — instrumento legal para a defesa da concorrência. Resguardamos, assim, os agentes econômicos e a população daqueles que querem ter lucros, mas não querem ter riscos.

O Governo está abdicando de sua função de ditador econômico: não fixa mais a taxa de câmbio, a livre negociação salarial é a regra, liberalizou as importações e a maioria dos preços. A contrapartida que se espera da classe empresarial é atitude positiva que corresponda à maior parcela de decisão que deterá sobre os destinos da economia brasileira.

O esvaziamento da luta de classes nas sociedades mais avançadas dá-se quando o lucro deixa de ser percebido, por trabalhadores e empresários, como a fatia embolsada pelo patrão, e passa a ser reconhecido e tratado como justa e indispensável remuneração do investimento e prêmio pela competência. Daí a importância da participação dos trabalhadores nos lucros, pois ela caracteriza um vínculo mais direto com o desempenho da empresa, incentivando a produtividade, reduzindo o peso relativo da questão salarial e tornando mais evidente a comunhão de interesses entre as partes. Enfim, a participação fortalece a legitimidade do lucro.

Nosso desenvolvimento enfrenta um constrangimento essencial, superável a mais curto prazo, que é o da instabilidade econômica. O meu governo vem liderando, com êxito, uma luta para permitir que nossas atenções possam libertar-se da imprevisibilidade e voltar-se para a tarefa de planejar, projetar e erguer um Brasil novo. Os empresários precisam e podem operar com horizontes menos imediatistas; os trabalhadores não podem viver pensando em como sustentar a família na manhã seguinte. Nesse sentido, de cinco meses para cá, já avançamos muito.

Contrariando a suposta tradição brasileira e as previsões pessimistas, agosto foi um mês de bons presságios. A inflação caiu para 9,5% no período 15 julho/15 agosto. Esse fato tem um alto significado por dois motivos. Primeiro, foi uma queda conseguida num ambiente de liberdade de preços e não, como

em planos anteriores, por meio de um represamento artificial, que se anularia tão logo o dique fosse rompido. Segundo, foi um resultado obtido num cenário de começo de recuperação no emprego aqui em São Paulo.

«Continua firme e inabalável
a determinação de meu governo
de dar combate sem tréguas
à inflação.»

O déficit público foi debelado. Desde março, o Governo gasta menos do que arrecada, acumulando seguidos e inéditos superávits.

O Banco Central detém total controle da política monetária e continuará a seguir a atual linha de austeridade. A base monetária contraiu-se 9,2% em junho e outros 9% em julho.

A sociedade passa a compreender que indexação e combate à inflação não se coadunam. As pressões para a reindexação da economia vão sendo vencidas uma a uma, pela via democrática, no Executivo, no Congresso e nos Tribunais.

Continua firme e inabalável a determinação política do meu governo de dar combate sem tréguas à inflação. Permanecemos dispostos a pagar os custos e fazer os sacrifícios que forem necessários nessa luta. Reduzir ainda mais a inflação é um objetivo que, neste momento, se sobrepõe a qualquer outro, entre as prioridades do Governo.

Alguns, impregnados pela cultura inflacionária do passado, não se deram conta ainda desta real determinação do Governo. Tomam suas decisões econômicas com a premissa da aceleração da inflação. Aqueles que agem assim vão amargar prejuízos. Alguns poderão até mesmo desaparecer, juntamente com a inflação, porque o Estado não virá em socorro de quem cometer esse equívoco.

Quem apostar no aumento da inflação vai perder dinheiro, como muitos já perderam nas últimas semanas.

Quem apostar na especulação, também vai perder dinheiro. Em contrapartida, quem apostar na produção, só terá a ganhar.

A política cambial de taxas flutuantes permite assimilar mais rapidamente as condições do mercado externo, onde temos alcançado sucessivos superávits, com conseqüente aumento de nossas reservas. O saldo comercial acumulado de janeiro a julho quase chega aos 8 bilhões de dólares, apesar dos maus resultados no período imediatamente anterior a 15 de março. Os resultados, como sabemos, são amplamente satisfatórios, a despeito da grande liberação das importações.

«O fim último e único
do progresso é o homem.»

O gigantismo da presença estatal na economia é outro constrangimento ligado às distorções em nosso sistema de mercado. A reversão dessa tendência de alargamento do setor público constitui prioridade de meu governo. Já começamos a trabalhar em duas direções principais: o encolhimento da máquina com a moralização e conseqüente melhoria de eficiência da administração federal e o programa de privatização, com a venda gradual pelo Governo do controle de certas empresas.

O maior constrangimento de todos acompanha-nos desde o começo de nossa história: o absurdo das desigualdades sociais crescentes que formam verdadeiros abismos no seio de nosso povo. O perfil de distribuição de renda no Brasil, um dos piores do mundo, é francamente vergonhoso. Infelizmente, não há adjetivo melhor para definir o sentimento que não podemos deixar de ter diante da triste realidade humana que nos cerca.

A cada dia que passa, corremos o risco de que esse panorama se manifeste com maior intensidade. É preciso impedir que isso ocorra, não pela via da força, que nada resolve, mas pela mudança radical na lógica que tem orientado as políticas de de-

envolvimento em nosso País. É o que estamos e continuaremos a fazer, com absoluta determinação. As ações empreendidas até agora e que irão se consolidar, são pré-requisito indispensável para alcançarmos este objetivo.

O Governo e a empresa não são um fim em si mesmos; o desenvolvimento tampouco. O fim último e único do progresso é o homem. Sociedade desenvolvida é aquela que oferece condições de vida digna, segura e feliz aos seus membros.

No modelo de economia de livre mercado que adotamos, os empresários têm uma grande responsabilidade social. Essa responsabilidade não pode ficar na retórica e deve apresentar-se de maneira concreta.

No regime democrático a empresa é instituição voltada à geração de riqueza. Produtividade e rentabilidade são condições básicas para melhoria de salários e bem-estar dos trabalhadores.

Queremos viver numa comunidade de que nos possamos orgulhar, sem qualquer reserva. Queremos cidades onde todos possam caminhar na rua com tranquilidade e segurança.

O bem-estar da sociedade é aspiração de cada brasileiro; governantes, donas de casa, empresários, trabalhadores, estudantes, enfim, de todos nós.

«A afirmação da iniciativa privada
deve coadunar-se com a preservação
do meio ambiente.»

Na definição de responsabilidade social do empresário, existe um ingrediente, que é o ecológico. A afirmação da iniciativa privada deve coadunar-se com a preservação do meio ambiente. Não há mais espaço para as atividades predatórias e para o crescimento sustentado pela poluição. O desenvolvimento será precário e ameaçador se desrespeitar o equilíbrio da natureza. Não podemos repetir vícios que conhecemos em outras economias. Governo, sociedade e empresariado devem, em intera-

ção construtiva, buscar regras que permitam o maior e mais rápido crescimento com a melhor e mais saudável equação ecológica.

Como Presidente da República, lidero esforço para que o Estado cumpra suas obrigações fundamentais para com a coletividade, especialmente para com os mais necessitados. Vamos racionalizar e aprimorar a presença nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte e infra-estrutura. Abolimos o paternalismo fisiológico da troca de favores e cuidamos de incutir no cidadão a idéia de que ele tem direito ao apoio do Estado, de que não deve favores ao Estado, a seus servidores e a supostos intermediários.

Se olharmos a história dos anos recentes, veremos que, no plano das palavras, as intenções sempre foram boas. Na prática, ou não eram tão boas, ou não se realizavam integralmente. Existe um limite a partir do qual essa contradição não se sustentará. Temo estarmos bem próximos desse limite.

Por isso, o meu governo está empenhado em criar as melhores condições possíveis para que a sociedade tome em suas mãos a tarefa urgente de mudar o Brasil. O quadro que temos de alterar é negativo, mas o momento torna-se mais favorável e oportuno. Fomos capazes de erguer uma democracia madura. Estamos restaurando a estabilidade numa economia onde até meses atrás imperava o caos e a mais absoluta desordem. Bastou que a sociedade quisesse e acreditasse para que os resultados surgissem com rapidez.

Parece-me legítimo que nos orgulhemos de ter feito tanto em tão pouco tempo. Não vamos, contudo, perder um instante sequer para celebrar a vitória numa batalha. Que essa satisfação nos inspire e nos dê forças, confiantes em Deus, para enfrentar e vencer o enorme desafio que ainda temos pela frente.

O empresário exerce um papel central e insubstituível no sistema de vida que escolhemos. É necessário que o Governo promova a estabilização e a desregulamentação econômica, que abra espaço à iniciativa privada, em suma, que crie um clima propício à atividade empresarial, como vimos fazendo.

Tudo isso é necessário, mas não suficiente para alcançarmos o nosso objetivo de retomar um crescimento equitativo e sustentável.

Para voltarmos a crescer, precisamos contar com pessoas patriotas e idealistas, de coragem e capacidade, dispostas a aproveitar oportunidades e correr riscos. Esse é o papel que cabe ao empresário.

Ser empresário requer ímpeto de realizar; disposição de aceitar desafios; capacidade de avaliar corretamente os riscos; tenacidade de competir; ousadia de inovar. Há que saber mobilizar e administrar recursos humanos e materiais para criar riqueza e bem distribuí-la.

São essas qualidades preciosas e insubstituíveis que qualquer sociedade deve, de bom grado, estimular através da recompensa merecida. Essa é a função social do lucro.

Precisamos cada vez mais fortalecer esses valores empresariais em nosso País, contrapondo-os não só à idéia do Estado onipotente, mas também à cultura do lucro desmensurado e garantido.

Queria trazer esses pensamentos quando nos reunimos para celebrar a excelência empresarial, pois nas mãos e nas respostas dos senhores reside, em boa medida, o sucesso de nossa empreitada de renovação e recuperação do Brasil. Estou convicto, cada vez mais, de que a economia de mercado é o melhor de todos os sistemas e garantia da liberdade e da democracia.

Vamos fazer deste País, senhores e senhoras, uma Nação próspera e socialmente justa. Vamos tornar real a esperança nunca abalada de um povo que, apesar das privações e das dificuldades, jamais perdeu a alegria de ser brasileiro e a confiança no futuro de sua Pátria.

Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de entrega de prêmios da
Revista Exame, em São Paulo,
no dia 30 de agosto de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**
- 4. Crianças, o Desafio Maior**
- 5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira**
- 6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida**

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“Devemos invocar o princípio da soberania para assumirmos, em toda a sua plenitude, a responsabilidade de velar pela preservação de nosso meio ambiente e de reparar os danos já cometidos.”

Presidente Fernando Collor

